



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado ARQUEOLOGIA E AMBIENTE

**ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO
INSTRUMENTO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E DE SALVAGUARDA.
Via T5 (E.M.506) Unhos - Sacavém**

Relatório de Estágio realizado por Suzana Rute Santos

Orientadora: Prof. Doutora Leonor Rocha



Volume I

ÉVORA, Março de 2011

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Mestrado ARQUEOLOGIA E AMBIENTE

Relatório de Estágio realizado por Suzana Rute Santos

Orientadora: Prof. Doutora Leonor Rocha

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO
INSTRUMENTO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E DE
SALVAGUARDA

Via T5 (E.M.506) Unhos - Sacavém

Volume I



186734

ÉVORA, Março de 2011

Palavras-chave: Acompanhamento Arqueológico, Calcolítico, época Romana. Quinta do Belo, Quinta do Miradouro.

Abstract:

In 2007 Loures Municipality developed the archaeological monitorisation of the construction civil works of the Municipal Road number 506 (Via T5). In two different points of this road we found Roman structures (between centuries I and II after Christ) and some stone elements associated with manual production of Pottery which points to a chronological period within the calcolithic.

Resumo:

No âmbito do projecto desenvolvido pela C. M. Loures e executado por Armando Cunha S.A., efectuou-se, durante o ano de 2007, o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de construção da Via T5 (E.M.506) detectando-se, em dois pontos da via, estruturas de filiação romana, enquadráveis nos séculos I- II d.C., e alguns elementos pétreos associados a espólio cerâmico de fabrico manual, apontando para uma cronologia do Calcolítico.

Índice

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA.....	9
2.1	Introdução	9
2.1.1	Fase e Caracterização do Projecto	10
2.1.2	Enquadramento Legal.....	10
2.2	Metodologia	10
2.2.1	Considerações Gerais	10
2.2.2	Recolha de Informação.....	11
2.2.3	Trabalho de campo	12
2.2.4	Registo e Inventário.....	12
2.3	Resultados	13
2.3.1	Fisiografia.....	13
2.3.2	Toponímia.....	13
2.3.3	Pesquisa documental / Enquadramento histórico - arqueológico.....	14
2.3.4	Prospecção arqueológica	17
2.4	Síntese.....	18
2.5	Evolução da Situação de Referencia na Ausência de Projecto	19
2.6	Avaliação de Impactes	20
2.6.1	Considerações Gerais	20
2.6.2	Metodologia.....	21
2.6.3	Análise de Impactes.....	25
2.7	Medidas de Minimização	26
3	ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO	27
3.1	Objectivos	27
3.2	Metodologia Adoptada	27
3.2.1	Tratamento, Inventário e Caracterização de Espólio.....	30
3.3	Descrição dos Trabalhos Arqueológicos	31
3.4	Descrição da realidade Arqueológica identificada	36
3.4.1	Quinta do Belo.....	36
3.4.2	Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro	39
4	INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA QTA DO MIRADOURO.....	41
4.1	Descrição e caracterização das Áreas em Estudo	42
4.2	Desmontagem das estruturas	48
4.3	Descrição das Estruturas	49
4.4	Materiais arqueológicos.....	51

4.4.1	Espólio atribuível à ocupação da Pré-História.	51
4.4.2	Espólio atribuível à ocupação do período Romano.....	53
4.5	Considerações finais da Intervenção Arqueológica da Quinta do Miradouro .	56
5	CONCLUSÕES.....	63
6	BIBLIOGRAFIA.....	65

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação de Impacte Ambiental corresponde a um processo analítico, cujo principal objectivo visa a obtenção de informação sobre os efeitos directos e indirectos, impactes negativos e positivos de determinados projectos que impliquem alterações na paisagem, independentemente da sua natureza, e são sujeitos a procedimentos e critérios definidos na legislação específica para o efeito. (Decreto-lei 69/2000, de 3 de Maio, Portaria 330/2001, de 2 de Abril e o Decreto-lei 197/2005, de 8 de Novembro).

A Proposta da Definição de Âmbito de um Estudo de Impacte Ambiental corresponde à base do planeamento e à definição dos termos de referência ambientais, com maior relevância, pois podem ser afectados por potenciais impactes causados por determinado projecto. (Portaria 330/2001)

O Descritor Património Cultural inclui-se na “caracterização do ambiente afectado” pelo projecto que comporta duas vertentes: Natural e Social. É pois na vertente Social que este descritor se insere. (ponto ii), da alínea a), do ponto IV, do Anexo 2 da Portaria 330/2001, de 2 de Abril).

A principal questão que importa definir, remete para que tipo de “património cultural” descrever no âmbito de um EIA e quais as competências do arqueólogo. De acordo com a actual Lei de bases do Património Cultural, descrita no enquadramento legal dos “termos de referência para o descritor património arqueológico em EIA¹”, o processo encontra-se definido, com base no ponto 3, do anexo III do Decreto-lei 69/2000, de 3 de Maio. “O EIA deve conter uma descrição do património arquitectónico e arqueológico”.

Porém, com todas as transformações que temos assistido nos últimos anos à organização e gestão das questões patrimoniais por parte da tutela, o âmbito de património histórico – arqueológico ganhou uma abrangência excessiva da qual resultou um conjunto de questões.

Maria José Almeida (Almeida, 2008, 161-166) refere que a presença de património cultural é inquestionável nos processos de AIA, o que já não resulta tão claro é a definição de que património queremos proteger e valorizar como parte integrante das componentes ambientais humanas – neste ponto, a legislação, DL 69/2000, era objectiva, referindo explicitamente o património arquitectónico e o arqueológico.

¹ Circular do Instituto Português de Arqueologia de Setembro de 2004.

Por outro lado, confunde-se património cultural com Trabalhos Arqueológicos pelo tratamento que é dado ao património classificado. Este é frequentemente enquadrado na execução de trabalhos arqueológicos, sendo arqueólogos os profissionais que sobre eles se pronunciam nas diferentes fases do procedimento, desde a definição de âmbito, ao Pós – avaliação (Almeida, 2008, 161-166).

Segundo a mesma autora, “nos processos de avaliação verifica-se que a diversidade de procedimentos quase transforma cada caso num caso de análise, sendo a diversidade a consequência directa da deficiente normalização de procedimentos e em casos de avaliação, muitas vezes resulta numa frágil argumentação da relevância dos elementos patrimoniais identificados e na deficiente justificação das medidas de impacte propostas. Incompatibilidade de Metodologias dificulta a comparação de resultados, fundamentais para a optimização de procedimentos futuros em áreas regionais ou núcleos urbanos”. (Almeida, 2008, 161-166). Definir “património cultural”, em valorização e avaliação foi uma das possibilidades adoptadas, distinguindo-se: Património Arqueológico; Património Arquitectónico; Património Etnográfico.

No âmbito da atribuição de Valor Patrimonial, os descritores deveriam ser os mesmos, pois para cada um destes elementos o que os vai diferenciar serão as medidas de protecção a aplicar, pois para cada um deles existem metodologias e técnicas de abordagem e estudo, sendo delas que resultam, em caso de afectação (e não salvaguarda), o seu registo específico.

Por outro lado, a opção de se considerar património Arqueológico, advém da diversidade de contextos e cronologias em avaliação e não de qualquer opção de corrente teórica, uma vez que o que se analisa num EIA é o factor material que representam os vestígios estruturais do passado, para valorização patrimonial e avaliação de impacte e respectivas medidas de minimização a propor.

António Carlos Silva, refere que “determinar a exacta amplitude espacial e metodológica a que devem obedecer eventuais trabalhos de minimização arqueológica, face a um qualquer tipo de obra com impactes previsíveis – das simples valas de saneamento num centro histórico, à grande barragem ou auto – estrada – é um dilema sempre em aberto e com reduzidas probabilidades de solução consensualmente objectiva”. (Silva, 2003 a).

Porém, os critérios de base a todos os estudos e estratégias posteriormente definidas ou a definir, apresentam um denominador comum: Caracterização de Situação de Referência, baseada nos critérios em que se elabora uma estratégia de Prospeção,

desde a realização da pesquisa bibliográfica e documental, análise toponímica e fisiográfica da cartografia, à realocização de sítios.

Dentro do contexto da Avaliação Ambiental, o Acompanhamento Arqueológico surge na figura das Medidas de Minimização, normalmente considerado como medida de carácter geral e não dispensa a respectiva Caracterização de Situação de Referência, fundamental quando se verifica ausência de estudos de natureza patrimonial.

O Acompanhamento Arqueológico de empreitadas corresponde a uma actividade que exige planeamento de forma a minimizar impactes decorrentes da obra sobre património.

No âmbito da construção da Via T5 (E.M.506) /Unhos – Sacavém, não foram realizados quaisquer estudos prévios, de natureza ambiental ou de caracterização patrimonial da área de implantação do projecto, remetendo todo este processo para a fase de execução. O Acompanhamento Arqueológico dos trabalhos obedeceu, assim, a critérios metodológicos faseados de acordo com a execução dos trabalhos, já em fase de obra.

Antes de qualquer actividade, procedeu-se a uma recolha bibliográfica e documental que resultou numa contextualização histórica e permitiu algumas orientações na elaboração da Caracterização de Situação de Referência, onde consta um inventário dos bens patrimoniais detectados e onde foram assinalados os respectivos impactes do projecto. A metodologia apresentada, no presente relatório, para a realização da Caracterização de Situação de Referência, não corresponde à utilizada inicialmente, mas é apresentada como proposta do que poderia ter sido efectuado, em particular, no que diz respeito à análise de impactes.

Seguiu-se o processo de marcação topográfica do projecto e a Prospeccção Arqueológica, sistemática, em toda a extensão do projecto e selectiva, nos corredores laterais ao eixo da via, uma vez que, foram encontradas algumas condicionantes de acessibilidade e visibilidade durante o processo.

A fase seguinte correspondeu a trabalhos de escavação de obra para a implantação do projecto e foram acompanhados presencialmente pelo arqueólogo responsável, que em determinados casos instruiu alguns procedimentos à manobra das máquinas na exumação dos depósitos primários (vulgo, *terra vegetal*).

Foi o caso da Quinta do Belo, onde, após o início dos trabalhos de escavação, se identificou uma estrutura caracterizada por argamassa de cor branca e avermelhada de forma sub - rectangular. A actuação mecânica foi suspensa e procedeu-se à limpeza de

toda a área onde foram detectados os elementos estruturais e os materiais arqueológicos. Estabeleceu-se um perímetro mínimo condicionando a circulação de máquinas e pessoas até que o estudo estivesse concluído. Reuniram-se todos os intervenientes no processo, nomeadamente IGESPAR (ex – IPA), Câmara Municipal de Loures, Fiscalização e Empreiteiro, e decidiu-se pela intervenção arqueológica daquela área. No presente relatório, não se incluem os resultados desta intervenção, uma vez que foram realizados por uma equipa técnica da Câmara Municipal de Loures, sob a direcção científica da Dra. Ana Raquel Silva.

O acompanhamento prosseguiu noutras frentes, em particular na Quinta do Miradouro ou bairro das Coroas, onde, numa primeira fase, foi detectada a presença proto-histórica. Adoptou-se o mesmo procedimento da Quinta do Belo, com paragem de actuação mecânica e reunião de todos os intervenientes, tendo-se optado por decapagem de toda a superfície a escavar. Com este procedimento, foram identificadas estruturas de época romana, seguindo-se a intervenção arqueológica.

2 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

2.1 Introdução

Os trabalhos constantes da presente caracterização foram efectuados entre 29 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2007. Tiveram como objectivo efectuar a caracterização do património arqueológico, arquitectónico e etnográfico da área de implantação do projecto e envolvente, uma vez que, no âmbito do presente projecto não foram desenvolvidos estudos ambientais na vertente do património cultural.

O presente capítulo visa a caracterização do património arqueológico, arquitectónico e etnográfico existente na área de incidência e envolvente do projecto, caracterizado por uma via circular à povoação de Unhos com a designação de Via T5 (EM 506) Unhos - Sacavém, baseando-se a identificação e caracterização dos elementos patrimoniais em pesquisa bibliográfica, prospecção arqueológica e identificação de elementos edificados.

2.1.1 Fase e Caracterização do Projecto

A presente Caracterização de Situação de Referência foi elaborada no âmbito do Projecto de Execução e resultou da necessidade de se actualizarem os dados correspondentes às vertentes arqueológica e patrimonial identificadas na área de implantação do projecto, tendo em vista uma documentação patrimonial da área de incidência do projecto, assim como uma actualização de inventários.

A construção da Via T5 tem início na E.M. 506, na entrada noroeste da povoação de Unhos e desenvolveu-se, nos primeiros 1 500m, como variante à povoação correspondendo o restante traçado à actual E.M. 506, no sentido de Sacavém.

As entidades ligadas à realização deste projecto foram:

- Câmara Municipal de Loures. (Dono de Obra)
- Pengest, Lda. Planeamento, Engenharia e Gestão. (Fiscalização)
- Armando Cunha, S.A. (Empreiteiro)

2.1.2 Enquadramento Legal

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito da presente Caracterização de Situação de Referência foram realizados ao abrigo da legislação em vigor, Decreto-lei nº 270/99, de 15 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-lei nº 287/2000, de 10 de Novembro.

2.2 Metodologia

2.2.1 Considerações Gerais

A metodologia adoptada (Fernandes e Fonseca, 2008) na elaboração da presente caracterização teve por base um processo que envolve três fases distintas:

- Recolha de Informação
- Trabalho de Campo
- Registo e Inventário

Para a caracterização de elementos patrimoniais (Monteiro, 2004, 345), importa distinguir os vários tipos de elementos que poderão ser identificados:

- Elementos patrimoniais abrangidos por figuras jurídicas, nomeadamente património classificado ou em vias de classificação ou outros monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes dos Planos Directores Municipais.
- Elementos patrimoniais, podendo corresponder a sítios ou estruturas de reconhecido interesse patrimonial e/ou científico, que não sendo abrangidos por figuras de protecção, constem em inventários patrimoniais e trabalhos científicos.
- Elementos singulares de humanização do território, representativos dos processos de organização do espaço e de exploração dos seus recursos naturais em moldes tradicionais.

2.2.2 Recolha de Informação

A pesquisa de informação, destinada à elaboração da Caracterização de Situação Referênciada, baseia-se em:

- Levantamento bibliográfico e documental com desmontagem comentada do máximo de documentação específica disponível, de carácter geral ou local.
- Levantamento toponímico e fisiográfico, com base na Carta Militar de Portugal à escala 1:25000, com recolha comentada dos potenciais indícios localizados na área de incidência do projecto.

O levantamento bibliográfico e documental permitiu elaborar um enquadramento histórico e arqueológico, ponderando o potencial científico e valor patrimonial da área de estudo, incidindo a pesquisa nas seguintes fontes de informação:

- Consulta das bases de dados oficiais, nomeadamente “Património Arqueológico – *Endovélico*” em linha www.ippar.pt
- Inventário do Património Arquitectónico do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – SIPA, em linha www.monumentos.pt
- Bibliografia e documentação específica de âmbito local e regional.
- Carta Arqueológica do Concelho de Loures.

O levantamento toponímico tem como objectivo isolar elementos relativos ao ambiente humanizado, que possibilite uma observação da rede de povoamento ao longo dos tempos, muito embora os topónimos correspondam ao reflexo do estado actual da toponímia (Ferreira e Soares, 1994, 99)

A análise fisiográfica permite a observação de condições orográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento, sendo uma tarefa fundamental na planificação do trabalho de campo a executar.

2.2.3 Trabalho de campo

Os trabalhos de campo realizaram-se ao abrigo da legislação em vigor, Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho, mediante o requerimento de um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos.

No âmbito dos trabalhos realizados pretendeu-se:

- Reconhecimento das ocorrências patrimoniais na área de incidência do projecto.
- Reconhecimento no terreno dos elementos toponímicos e fisiográficos identificados na Carta Militar à escala 1:25000
- Recolha de informação oral junto dos habitantes e confirmação dos indícios de natureza patrimonial.
- Prospeção sistemática na área de incidência do projecto.

2.2.4 Registo e Inventário

Após a recolha de informação procedeu-se ao registo, através do preenchimento de uma Ficha de Sítio / Trabalho Arqueológico onde constam os elementos descritivos considerados mais relevantes para caracterização e um campo destinado a elementos fotográficos. Procedeu-se à elaboração de um inventário onde constam os elementos identificados e são materializados na seguinte tabela:

N°	Designação	Localização	Descrição
	Topónimo	Freguesia / Concelho	Breve Descrição
	Tipo	CMP	Bibliografia
	Cronologia	Coordenadas	

Do inventário resultou a elaboração de uma carta de condicionantes, com base na Carta Militar de Portugal à escala 1:25000, onde consta a localização das ocorrências patrimoniais identificadas na área de estudo.

2.3 Resultados

2.3.1 Fisiografia

A análise da fisiografia da área de estudo foi efectuada com base na Carta Militar de Portugal, folha 417, à escala 1:25000 e Carta Arqueológica do Município de Loures, com o objectivo de identificar potenciais áreas de ocupação humana.

A povoação de Unhos localiza-se na zona oriental do concelho de Loures, na margem direita do rio Trancão, distrito de Lisboa. É limitada, a Noroeste, por um troço do rio Trancão que corresponde a uma zona de planície aluvionar, praticamente plana e a Leste, por uma linha de cumeadas, que coincide com a estrada militar; entre estas duas linhas limite desenvolve-se uma encosta muito acidentada, apresentando um intenso declive.

2.3.2 Toponímia

O levantamento toponímico foi realizado com base na Carta Militar de Portugal à escala 1:25000, folha 417.

A dimensão da área de estudo não permitiu extrair muitas informações relativas às características toponímicas, no entanto, na envolvente da área de estudo registam-se alguns elementos que remetem para o Ambiente Humanizado, nomeadamente Organização do Território – Lugares de Estabelecimento, confirmada pelo número de topónimos Quinta (Quinta de Santo António; Quinta de S. Sebastião; Quinta do Belo ou de S. Jorge; Quinta do Miradouro; Quinta da Salgada). Por outro lado, estes indicadores

de parcelamento do território remetem-nos para actividades agrícolas, característica ainda actual no território de Unhos.

2.3.3 Pesquisa documental / Enquadramento histórico - arqueológico

A elaboração de uma caracterização histórica para a freguesia de Unhos, ainda que sumária, apresentou-se difícil na medida em que a bibliografia disponível é muito reduzida, tornando-se necessário em alguns casos recorrer a pesquisa documental, o que no âmbito de um Acompanhamento Arqueológico nem sempre é possível.

Apresenta-se assim uma síntese dos dados possíveis de recolher para a elaboração do presente texto.

Do ponto de vista arqueológico está documentada a existência de povoamento pré-histórico recente, da Idade do Bronze, no lugar de Catujal, povoado que terá sido destruído durante a década de 80, com a construção ilegal no actual Bairro do Venceslau (Cardoso; 1993, 195).

Para o período romano, não existem vestígios materiais publicados que documentem a efectiva ocupação do território na actual freguesia de Unhos, porém existem referências bibliográficas, nomeadamente João Baptista de Castro no *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, refere que António Coelho Grasco em *Antiguidades de Lisboa* se recorda da existência de [uma pedra de sepultura romana cujo cippo dizia assim: IVLIVS ITALICVS/ AVGVSTAL / H S E], (Castro, 1763, 491) o que poderá documentar a existência de ocupação romana em Unhos ou nas proximidades, situação que não será inviável uma vez que a via romana Olisipo – Bracara Augusta passava por Sacavém (Mantas; 1999). Segundo Pedro Barbosa (Barbosa, 1999), deveria existir próximo de Frielas uma bifurcação da estrada secundária que vinha de Lisboa, com um ramo a ligar à Via do Oeste e, o outro, a seguir em direcção a Unhos - que ligaria à Via em direcção a Santarém.

Já no período Medieval, a existência de um Paço em Frielas documenta a importância destes locais limítrofes dinamizando-os economicamente. Seriam o caso das salinas documentadas nas Inquirições Afonsinas, em 1254, solicitadas por D. Afonso III para determinar dos bens que as Ordens Religiosas e Militares detinham em Lisboa e no seu termo. Algumas destas “marinhas” teriam funcionado até ao reinado de D. João I que as terá distribuído por particulares. (Soares *et* Santos; 1991, 242).

Segundo João Baptista Castro, a Igreja de Unhos terá sido fundada no reinado de D. Afonso III no ano de 1257, conforme [*consta de huma carta original (...) que existe no cartório desta Igreja*] (Castro, 1763, 491). Já numa reprodução de um mapa da Várzea de Loures datado do séc. XII – XIII (Sequeira, 1935) aparece representada em Unhos uma torre que estaria associada ao controlo da Várzea na circulação de “tropas castelhanas” durante o período da Reconquista, indicando a existência de ocupação em momentos anteriores ao séc. XIII. Esta Torre deverá corresponder à actual torre sineira da Igreja que de acordo com a Memoria Paroquial de 1758 era [*torre antigua que era da serenissima Casa de Bragança (...) obra de Mouros por seu feitio e qualidade de seus materiais*] (Unhos, 1758).

Unhos a par de Sacavém, Camarate, Frielas e Appelação fazia parte dos reguengos régios por serem terras muito férteis e fazerem parte do termo da cidade de Lisboa. Durante a primeira dinastia a casa real tinha um Paço instalado em Frielas e retirava a maior parte dos seus tributos destas terras de solos férteis e ricos, dando origem a algumas querelas após o casamento de D. Fernando I com D. Leonor Telles, uma vez que este monarca os doou a D. Leonor, como presente de casamento. Após a morte de D. Fernando I e a Guerra de sucessão de 1383-1385, com a subida ao trono de D. João I estes reguengos são doados a D. Nuno Álvares Pereira como tributo dos seus serviços. Mais tarde o Condestável doa-os em testamento a seu neto D. Afonso, I Duque de Bragança (Proença; 1940b). As terras voltam então para o domínio régio após a subida ao trono de D. João IV em 1640.

Durante o período Moderno, Frielas servia os seus arredores com um porto razoável uma vez que a maior parte da população se dedicava a actividades ligadas ao mar. Unhos particularmente, a par com S. António do Tojal e Frielas, eram locais de



As pedras que se observam nas paredes deste edificio correspondem aos suportes para estender as redes.

pescadores ligados à Correição de Alfama (Castro, 1763, 491) e da qual ainda hoje é testemunho a capela dos Remédios situada na rua com o mesmo nome, em Alfama. A Memória Paroquial de Unhos refere que pertenciam à Confraria de S. Pedro dos pescadores (Unhos, 1758). Por sua vez, Unhos não possuía porto, talvez um ancoradouro e

que segundo a Memória Paroquial [...] *he porto de pequenas embarcações não tem mais perfeição que o que lhe dera a natureza (...)* (Unhos, 1758). Era também habitual, os pescadores de Unhos estenderem as suas redes nas imediações do adro da Igreja, pelo que foram com alguma frequência, abordados por visitantes paroquiais (Soares *et Santos*; 1991, 277)

Aliada à fertilidade dos solos, Unhos possui um subsolo muito rico em lençóis de água e disso são testemunho as inúmeras minas de água, na sua maioria galerias escavadas no calcário. Estão associadas às antigas Quintas como são os casos da Quinta do Belo, Quinta da Salgada e Quinta do Miradouro. Sabemos hoje, após o acompanhamento da abertura da estrada T5, que nos casos da Quinta do Belo e do Quinta da Miradouro, as minas encontram-se próximas a estruturas romanas, podendo levantar-se a hipótese da sua construção ser mais antiga que as próprias Quintas. A técnica utilizada na abertura destas galerias era usada desde o período romano e destinava-se à captação e armazenagem de água, e muitas vezes associadas a elas eram construídos aquedutos que transportavam a água a aglomerados populacionais (Maciel, 2006).

A Memória Paroquial de Unhos também faz referência à importância das águas, referindo a existência de dois poços, um dos quais hoje recuperado. O outro, o pároco indica a sua localização ao lado da Igreja, muito embora nunca o tenha visto. [*Seguece nestas capellas hua porta fronteyra á porta do coro (...)* da qual no mesmo vão de parede da Igreja está hú poço chamado de S. Sylvestre ao qual se mandava de muitas terras (...) buscar



na Quinta da Salgada.



Pormenor do tecto da Galeria Qta. Belo

agoa para doesas e febres malignas (...) o achei entulhado quando tomei posse desta Igreja (...)] (Unhos, 1758). Ao segundo poço, o pároco designa-o de Poço do Concelho [*Tem esta terra hú poço chamado do concelho ao qual se vem buscar agoa de Lisboa e de várias partes para obstruções da dor da pedra (...)*] (Unhos, 1758). Este será o poço designado hoje por “Poço Manuelino”

Com o terramoto de 1755, a freguesia de Unhos sofreu muitas destruições mas a mais significativa e descrita na Memória Paroquial diz respeito à Igreja. O mesmo documento refere ainda que *[Não tem esta terra convento algú de freires ou freiras (...) e os que desta freguesia levam os sermões e as esmolos são os arrábidos do Convento da Mialhada junto a Loures]*



Monograma do Hospital Real de Todos os Santos
Sactorum Orbitum

[Não tem Hospital, tem sim hua Albergaria cujos bens se estão administrando por hua filha de Pedro Norberto por marca de sua magestade a qual esta de todo extinguida as casas aforadas derribadas e feitas quintal e os pobres sem agazalho co que só se conserva desta obra pia aos pobres fosse instituidor o título de Albergaria que se acha gravada hua pedra por sima da porta principal que era das mesmas casas.] (Unhos, 1758). Corresponde esta marca ao Monograma do Hospital de Todos os Santos que se encontra numas ruínas ao lado da Fábrica da Manteiga na EM 506 que liga Unhos a Sacavém, ruínas estas que estariam assim pelo menos em 1758 e assim permanecem nos dias de hoje.

2.3.4 Prospecção arqueológica

Os trabalhos de campo foram efectuados nos passados dias 29 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 2007, tendo sido previamente autorizados pelo IGESPAR, I.P.

A estratégia de intervenção baseou-se nos resultados previamente obtidos no âmbito da Caracterização da Situação de Referência, nomeadamente análise fisiográfica, levantamento toponímico e pesquisa documental.

Foi efectuada prospecção sistemática no corredor correspondente ao eixo de via, definido como a área de incidência directa do projecto, tendo sido selectiva nos corredores laterais correspondentes a área de incidência indirecta. Foram encontradas algumas dificuldades de progressão no terreno, tendo em conta as características fisiográficas e à pouca visibilidade, devido à vegetação rasteira que cobria o solo em alguns pontos da área prospectada.

Os terrenos correspondentes ao início da obra, junto ao pk 0+100, foram novamente prospectados após a realização de alguns trabalhos de obra, tendo-se identificado dois elementos estruturais na Quinta do Belo, mas que não se enquadram no âmbito da presente caracterização, pelo que se descrevem no ponto 3.4.1 do presente Relatório.

Embora não correspondendo à fase do projecto em execução, apresenta-se em anexo a ficha de sítio correspondente a uma ruína com o monograma do Hospital Real de Todos os Santos, O S (*Sanctorum Orbitum*), que terá sido uma albergaria conforme consta da memória paroquial de Unhos de 1758 (Unhos, 1758), e se situa nas imediações da antiga Fábrica Nacional de Manteiga.

2.4 Síntese

Na área de incidência directa do projecto, foi identificado um elemento patrimonial de interesse arqueológico e/ou arquitectónico. Atendendo à bibliografia consultada no âmbito do presente estudo, não foram encontradas referências a este elemento patrimonial, cuja caracterização se apresenta nas fichas de sítio anexas. Trata-se da Quinta de S. Jorge ou Quinta do Belo, um pequeno complexo de galerias subterrâneas destinadas à captação de água para cultivo e consumo, com uma cronologia atribuível aos Períodos Medieval / Moderno.

Na área de incidência indirecta do projecto, foi identificado um elemento patrimonial, um poço adjacente à Quinta de S. Sebastião, e cuja afectação poderá resultar da circulação de maquinaria e equipamentos nas suas proximidades.

Fora da área de incidência do projecto, correspondente à envolvente, foram identificados outros três elementos patrimoniais sem qualquer afectação, e que contribuem para uma caracterização do território de Unhos, são eles a Quinta de S. António, Poço Manuelino e Edifícios adjacentes e a Igreja de S. Silvestre.

Quadro Síntese de Elementos Patrimoniais

Nº	Designação	Localização	Descrição
1	Quinta do Belo	Unhos / Loures CMP 417 38°49'40''9 N 09°07'33''9 W	Trata-se de um pequeno complexo de galerias subterrâneas, escavadas na rocha, destinadas à captação de água para cultivo e consumo, com uma cronologia atribuível aos Períodos Medieval / Moderno. Sem referência na bibliografia
2	Quinta de S. Sebastião	Unhos / Loures CMP 417	Edifício de habitação de possível construção do século XVIII. Nas imediações existe um poço com Nora em ferro, possivelmente do século XX. Sem referência na bibliografia

Na envolvente da área de estudo foram registados três elementos patrimoniais que se sistematizam no presente inventário:

Nº	Designação	Localização	Descrição
3	Quinta de Santo António	Unhos / Loures CMP 417 38°49'31''6N 09°07'21''7W	Edifício de arquitectura seiscentista Carta Arqueológica de Loures.
4	Poço Manuelino	Unhos / Loures CMP 417 38°49'30''8N 09°07'19''6W	Poço com estrutura hexagonal, com duas pedras laterais de suporte de roldana. Na lateral do lado Norte apresenta a gravura de um castelo com uma pequena inscrição. Carta Arqueológica de Loures
5	Igreja de S. Silvestre	Unhos / Loures CMP 417 38°49'31''6N 09°07'23''7W	No interior da igreja mantém-se uma torre e arco gótico, e sofreu alterações após o terramoto de 1755. Existe referência à existência de uma inscrição funerária romana, hoje desaparecida. Carta Arqueológica de Loures.

2.5 Evolução da Situação de Referência na Ausência de Projecto

No âmbito da caracterização do descritor Património, se contextualizado numa avaliação ambiental do projecto, a evolução da situação actual na ausência de projecto permitiria a não afectação dos elementos patrimoniais identificados nas áreas de incidência directa e indirecta do projecto.

Também, a não execução do projecto da Via T5 (EM 506) Unhos – Sacavém, não permitiria a identificação e caracterização arqueológica deste território, não contribuindo para um melhor conhecimento histórico da área em estudo.

2.6 Avaliação de Impactes

2.6.1 Considerações Gerais

A avaliação de impactes sobre o Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico, obedece a critérios específicos e é efectuada através do cruzamento da informação obtida na fase de Caracterização de Situação de Referência, relativa à localização e ao valor patrimonial das ocorrências patrimoniais identificadas na área de incidência do projecto, com a informação disponível sobre as acções previstas no âmbito da implantação do projecto.

No presente caso, esta caracterização não foi efectuada previamente, ou seja, não foram realizados estudos de natureza ambiental, nem patrimonial, pelo que não houve uma avaliação prévia dos sítios nem medidas de minimização a aplicar a cada sítio. A avaliação foi efectuada apenas no início da obra pelo que alguns sítios acabaram por ser parcialmente afectados, como foi o caso da Quinta do Belo.

2.6.2 Metodologia

Um dos procedimentos inerentes à avaliação de impactes corresponde à atribuição de valor patrimonial e obedece à ponderação de critérios qualitativos de referência. A selecção dos critérios que se apresenta baseia-se na proposta de José Manuel Mascarenhas, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva de 1986:

Potencial Científico: - Indícios materiais que permitam avaliar a importância e relevância do elemento patrimonial em problemáticas científicas.

Significado Histórico-Cultural: - Importância do elemento patrimonial como referência da tradição e cultura local ou nacional.

Raridade: - Grau de representatividade de elementos patrimoniais tendo em consideração as características materiais e estruturais à escala local e nacional.

Estado de Conservação: - Grau de preservação dos elementos patrimoniais face a um período de referência.

Antiguidade: - Caracterização cronológica dos elementos patrimoniais.

Dimensão / Monumentalidade: - Importância do elemento patrimonial em relação à área ocupada e à monumentalidade dos elementos arquitectónicos.

Valor Estético: - Relativo às preocupações estéticas e artísticas utilizadas no elemento patrimonial.

Inserção Paisagística: - Integração Paisagística do elemento patrimonial em relação ao seu enquadramento original.

Interesse Público: - Classificação e valorização do elemento patrimonial atribuída pela comunidade e entidades de tutela.

Critérios Quantitativos e Qualitativos para aferição de Valor Patrimonial

	Reduzido		Médio		Elevado
Potencial Científico (PC)	1-Ausência de contextos.	de	2-Observação de contextos preservados.	de	3-Relevância científica com contextos e estruturas preservadas.
Significado Histórico – Cultural (SHC)	1-Sem Significado		2-Representativo para história local ou regional.		3-Representativo de um período histórico.
Raridade (R)	1-Muito Comum		2-Frequente		3-Raro
Estado de Conservação (EC)	1-Elevado grau de destruição.	de	2-Indícios de degradação	de	3-Bem Conservado.

	Reduzido	Médio	Elevado
Antiguidade (A)	1-Época Contemporânea	2-Período Medieval e Moderno	3-Pré-História ao Período Alto Medieval.
Dimensão Monumentalidade (D/M)	1-Pequena dimensão e ausência de elementos arquitectónicos.	2-Média dimensão com alguns elementos arquitectónicos.	3-Grande dimensão com relevância arquitectónica.
Valor Estético (VE)	1-Ausente	2-Presença de elementos arquitectónicos.	3-Grande preocupação estética.
Inserção Paisagística (IPa)	1-Grande alteração da paisagem	2-Alteração mediana da paisagem.	3-Preservação do enquadramento paisagístico do elemento patrimonial.
Interesse Público (IP)	1-Reduzido interesse e conhecimento local.	2-Reconhecido interesse local sem classificação mas inventariado.	3-Reconhecido interesse regional / nacional, classificado.

O valor patrimonial de cada sítio é calculado através da soma dos valores de cada critério podendo assim ser classificado na seguinte escala:

Reduzido: ≤ 9

Médio: 10 a 18

Elevado: 19 a 27

Para a avaliação de situações impactantes, foi seguido o modelo proposto pela Associação Profissional de Arqueólogos (APA, 2008). A avaliação resulta assim do cruzamento da informação recolhida na fase de Caracterização de Situação de Referência, com as áreas susceptíveis de impacte e tendo em consideração a ponderação dos seguintes critérios:

Fase de Ocorrência: fase do projecto em que se produzirá o impacte

Construção

Exploração

Desactivação

Tipo de Afecção:

Directa – quando ocorre sobre elementos patrimoniais localizados na área de incidência directa do projecto.

Indirecta – afecção visual ou perceptual sobre elementos patrimoniais localizados na área de incidência indirecta do projecto.

Extensão: compreende a superfície afectada pelo impacte em relação à superfície estimada do elemento patrimonial e a sua envolvente.

Total: Quando a área a afectar corresponde à totalidade da superfície estimada do elemento patrimonial e envolvente.

Elevada: Quando a área a afectar corresponde parcialmente à superfície estimada do elemento patrimonial.

Moderada: Quando a área a afectar interfere com a envolvente e parcialmente com a superfície estimada do elemento patrimonial.

Reduzida: Quando a afectação prevista interfere com a envolvente do elemento patrimonial.

Nula: Sem interferência da envolvente e superfície estimada do elemento patrimonial.

Magnitude: define o grau de interferência de uma determinada acção sobre um elemento patrimonial.

Total: Interferência total nas condições de preservação do elemento patrimonial, implicando a sua destruição.

Elevada: Interferência profunda nas condições de preservação do elemento patrimonial.

Moderada: Interferência assinalável nas condições de preservação de um elemento patrimonial sem implicar a sua destruição.

Reduzida: interferência reduzida, pouco expressiva nas condições de preservação do elemento patrimonial.

Nula: Sem interferência nas condições de preservação do elemento patrimonial.

Probabilidade: grau de certeza de ocorrência de um impacte sobre elementos patrimoniais:

Certo

Provável

Pouco Provável

Improvável

Duração dos impactes poderá ocorrer durante um período de tempo, considerando-se:

Permanente

Temporário

A avaliação de impactes sobre elementos patrimoniais é sistematizada numa matriz de impactes que permitirá definir a natureza do impacte previsto, assim:

Valores de Ponderação

	1	2	3	4	5
Fase de Ocorrência	Desactivação	Exploração	Construção		
Tipo de Afecção	Indirecto	Directo			
Extensão	Nula	Reduzida	Moderada	Elevada	Total
Magnitude	Nula	Reduzida	Moderada	Elevada	Total
Probabilidade	Improvável	Pouco Provável	Provável	Certo	
Duração	Temporário	Permanente			

Impacte Crítico (3,5 a 3,3)

Impacte Severo (3,3 a 2,9)

Impacte Moderado (2,9 a 1,8)

Impacte Compatível (1,8 a 1)

A natureza dos impactes e o valor patrimonial de cada elemento identificado, determinam o tipo de medidas de minimização a adoptar.

Como medidas de minimização de carácter geral considera-se:

1. Em caso de **Impacto Compatível**:

Acompanhamento Arqueológico permanente dos trabalhos que impliquem revolvimento de solo, nomeadamente escavações, terraplenagens e aterros, ou outras acções passíveis de gerar impacte como os locais de passagem e circulação de maquinaria e equipamentos.

Prospecção Sistemática das áreas de incidência directa e indirecta do projecto, em particular áreas assinaladas como de média visibilidade do solo

Conservação e Sinalização de elementos patrimoniais que não sendo afectados directamente pelo projecto estejam sujeitos a afecções indirectas associadas à construção, condicionando-se o espaço à circulação de maquinaria e equipamentos através da sinalização do elemento com recurso a fita sinalizadora e estacaria.

2. **Impacte Moderado**, considera-se uma avaliação da área afectada e um estudo pormenorizado do elemento, considerando-se para sítios arqueológicos a realização de sondagens de diagnóstico para avaliação do potencial científico e

com base nos resultados, equacionar-se a hipótese de alargamento da área de escavação.

3. Para situações de **Impacte Crítico ou Severo** preconizar a sinalização e delimitação de área protegida com objectivo de um levantamento e estudo rigoroso do elemento patrimonial, considerando-se a escavação total da área afectada, para sítios arqueológicos.

2.6.3 Análise de Impactes

Para as ocorrências patrimoniais identificadas na área de incidência do projecto, prevê-se que as acções de obra, em fase de construção, passíveis de gerar impactes sobre os elementos identificados correspondem a: circulação de maquinaria, instalação de estaleiro, abertura de caminhos de acesso e outros trabalhos associados à construção, como sejam desmatações, escavações e terraplenagens.

Do cálculo efectuado ao Valor Patrimonial (VP) das duas ocorrências registadas, obteve-se um resultado elevado para a Quinta do Belo e um resultado médio para a Quinta de S. Sebastião. Para este último elemento, mesmo que esta seja ainda indirecta, a afectação deverá incidir sobre o poço e não sobre o edifício.

Designação	PC	SHC	R	EC	A	D/M	VE	IPa	IP	VP
Quinta do Belo	3	2	2	3	3	2	2	3	2	22 Elevado
Quinta de S. Sebastião	1	1	2	2	1	2	1	3	1	14 Médio

Assim, da análise efectuada às situações impactantes detectadas, prevê-se para o elemento patrimonial da Quinta do Belo um **impacte moderado** relativamente às acções de obra a desenvolver: escavação e terraplenagem, preconizando-se a intervenção arqueológica como a medida de minimização mais adequada. Para o elemento da Quinta de S. Sebastião, prevê-se um **impacte compatível** com as acções de obra a desenvolver que correspondem apenas à circulação de maquinaria e equipamentos. Para ambos os elementos patrimoniais identificados na área de



incidência do projecto preconizam-se medidas de minimização específicas, conforme descrito no capítulo seguinte.

Designação	Fase	Afectação	Extensão	Magnitude	Probabilidade	Duração	Impacte
Quinta do Belo	3	2	3	3	4	1	2.6 Moderado
Quinta de S. Sebastião	3	1	1	1	2	1	1.5 Compatível

2.7 Medidas de Minimização

Tendo em linha de conta que a sensibilidade patrimonial da envolvente da área de estudo não se reveste de grande relevância, preconiza-se como medida de minimização de carácter geral o **Acompanhamento Arqueológico** de todas as acções de obra com afectação do solo, nomeadamente instalação de estaleiros, desmatação, escavação e terraplenagens, durante a fase de construção da Via T5 (EM 506) Unhos - Sacavém.

Para o elemento patrimonial identificado na área de incidência indirecta do Projecto, o Poço da Qta S. Sebastião, preconiza-se a **Conservação e Sinalização** com recurso a fita sinalizadora e estacaria de molde a condicionar o espaço à circulação de maquinaria e equipamentos.

No que diz respeito à Quinta do Belo, e tendo em linha de conta que os elementos recolhidos durante o processo de remoção de “terra vegetal” são suficientes para a caracterização sumária e atribuição de cronologia (relativa) do sítio arqueológico identificado, (ficando este selado por largo tempo até uma possível intervenção arqueológica), a necessidade de recolha de dados estratigraficamente contextualizados e a ausência de informação de natureza arqueológica para a aldeia de Unhos, justificava uma pequena intervenção arqueológica limitada à área onde se identificaram as referidas estruturas com o objectivo de esclarecer: a funcionalidade do espaço identificado; obter um perfil estratigráfico detalhado e se possível dados cronológicos absolutos.

Ainda para a Quinta do Belo, Galerias, o projecto contempla a consolidação das mesmas no local de implantação do projecto. A consolidação recorre parcialmente a métodos não intrusivos sobre o elemento patrimonial, no qual se aplicam estruturas pré

feitas, em ferro, que após a sua colocação no interior são escoradas lateralmente com madeira. Numa segunda fase, será colocada uma laje de betão para encerramento de uma clarabóia e consolidação da estrada. O procedimento decorre para que o impacte da obra sobre esta estrutura seja mínimo.

3 ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

O Acompanhamento Arqueológico dos Trabalhos de Construção da Via T5 (EM 506) Unhos / Sacavém insere-se na categoria C do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Dec.º - Lei nº 270/99, artigo 3º, alínea c) e que corresponde a “acções preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático”.

3.1 Objectivos

Esta intervenção de acompanhamento arqueológico teve como principal objectivo o acompanhamento dos trabalhos de construção da via T5 (E.M.506) – Unhos – Sacavém e documentar por registo todas as ocorrências de interesse patrimonial e arqueológico observadas com o decorrer da obra e proceder a uma recolha de materiais arqueológicos, susceptíveis de serem fosseis directores de determinado período, desde que devidamente contextualizados, traduzindo-se num melhor conhecimento do Passado Histórico da aldeia de Unhos.

3.2 Metodologia Adoptada

Nesta obra, desenvolvida pela Câmara Municipal de Loures e executada por Armando Cunha S.A., os trabalhos de acompanhamento arqueológico para implantação do projecto obedeceram a critérios metodológicos faseados de acordo com a execução do projecto. Assim, durante o processo de marcação topográfica do projecto no terreno, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos basearam-se nos pressupostos metodológicos relativos à Prospecção Arqueológica, tendo sido sistemática em toda a extensão do

projecto e selectiva nos corredores laterais ao eixo da via, como se referiu anteriormente (ponto 2.3.4).

Os trabalhos de escavação de obra para a implantação do projecto, foram acompanhados presencialmente pelo arqueólogo responsável, que em determinados casos instruiu alguns procedimentos à manobra das máquinas na exumação dos depósitos primários (vulgo, *terra vegetal*) que na sua maioria correspondem a solos fracos, nomeadamente siltes, com maior ou menor percentagens de argila ou areia.

Durante os trabalhos de acompanhamento, foram detectadas duas evidências estruturais de filiação romana na Quinta do Belo, acompanhadas de espólio diverso correspondente ao mesmo período cronológico. Neste caso concreto, o procedimento adoptado caracterizou-se pela suspensão da máquina na remoção do referido depósito primário procedendo-se a uma limpeza manual da área, onde foram identificadas as estruturas.

Realizou-se posteriormente o levantamento topográfico das estruturas referenciando-as no projecto de execução e implantou-se uma malha de 1mx1m, com um ponto georreferenciado, destinado a posteriores trabalhos de escavação arqueológica, entretanto realizados sob a direcção da Dra. Ana Raquel Silva da C. M. Loures.

No âmbito da preservação e conservação do sítio, aplicou-se no momento o princípio da não destruição, uma vez que a execução do projecto não implicou a remoção de sedimentos à cota onde se registou o aparecimento das evidências estruturais. Deste modo, foi solicitada a presença da tutela no local (IGESPAR) de forma a tomar conhecimento presencial dos mesmos uma vez que se encontram inéditos e solicitar orientações metodológicas a adoptar no âmbito de trabalhos futuros e em outros pontos da obra tidos de particular relevância.

Entre os Pk 0+800 e 0+900, foram também identificados vestígios estruturais e artefactuais que após observação macroscópica preliminar permitiram atribuir uma correspondência cultural ao Calcolítico. O procedimento adoptado para a Quinta do Miradouro, em particular, foi muito semelhante ao anterior. Suspendeu-se a intervenção mecânica na área onde se detectaram os elementos pétreos e procedeu-se a uma limpeza manual para caracterização.

Devido à natureza dos trabalhos a desenvolver no local, que não se encontravam abrangidos pela autorização existente – acompanhamento arqueológico – e que implicavam a remoção total dos sedimentos e por conseguinte a respectiva destruição

dos vestígios detectados, foi solicitada a presença do IGESPAR de forma a tomar conhecimento presencial dos mesmos, tanto mais que se tratava de um sítio inédito e solicitar orientações metodológicas a adoptar no âmbito dos trabalhos a desenvolver.

Neste caso, optou-se por se efectuar uma decapagem de toda a área afectada para a implantação da rotunda/ Ligação 3, exumando-se as duas primeiras unidades estratigráficas de forma a efectuar-se uma avaliação prévia da área de dispersão dos vestígios identificados. Observou-se então que a dispersão dos materiais era grande, mas que a sua concentração maior estava circunscrita ao local onde se identificou a concentração de elementos pétreos. A decapagem revelou a existência de duas estruturas, uma conduta de água associada a reservatório, revestidas a *opus* de filiação romana. As actividades da obra foram suspensas e procedeu-se a uma selecção de áreas a intervir e registadas pela equipa de Topografia, tendo como base o projecto. Procedeu-se à intervenção arqueológica das áreas seleccionadas em parceria com a Dra. Ana Raquel Silva, da C.M. Loures e cujos resultados se apresentam no ponto 5.

Em matéria de registo, no âmbito do acompanhamento arqueológico dos trabalhos da obra, procedeu-se ao preenchimento de fichas de acompanhamento, de 50.00m em 50.00m, onde consta a localização dos trabalhos no projecto, a descrição dos trabalhos efectuados e a respectiva descrição estratigráfica, que na maior parte dos casos não corresponde a uma estratigrafia arqueológica, muito embora se apresente a descrição litológica dos estratos identificados. A identificação da estratigrafia observada obedeceu à atribuição de uma numeração sequencial das Unidades Estratigráficas identificadas, na ordem inversa à sua deposição.

Para o sítio arqueológico identificado no Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro – Rua da Esperança e na Quinta do Belo, o procedimento de registo efectuado baseou-se nos pressupostos metodológicos definidos por Edward Harris (1989) com o preenchimento de fichas individuais de Unidade Estratigráfica, onde constam as respectivas correspondências e relações estratigráficas entre estratos arqueológicos, a interpretação individualizada, a localização em relação ao projecto de execução, a localização geográfica e uma descrição sumária do espólio exumado associado a cada estrato ou U.E. Para este ponto concreto, iniciou-se uma numeração sequencial, individualizada, das U.E. identificadas na ordem inversa à sua deposição e efectuou-se o preenchimento de uma ficha de acompanhamento arqueológico à semelhança da descrita anteriormente.

Para ambos os sítios identificados, não foram elaborados Planos simples, mas antes o levantamento topográfico das estruturas, simulando o melhor possível um Plano Composto de toda a área arqueológica e apresentado para a Quinta do Belo à escala 1/50 e para o Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro à escala 1/ 200.

3.2.1 Tratamento, Inventário e Caracterização de Espólio.

No que diz respeito ao Tratamento dos materiais recolhidos no âmbito do acompanhamento arqueológico e em particular na Quinta do Belo e no Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro, este foi lavado e classificado numa primeira fase, separando-se os materiais de construção dos materiais de uso doméstico e de armazenagem. O primeiro grupo, Materiais de Construção não consta do inventário geral, muito embora se tenha separado e agrupado por tipologia, indicando-se o número de fragmentos recolhidos correspondente a cada uma. (Ex.: *tegulae* -10 fragmentos). O segundo grupo, genericamente designado de Espólio de uso doméstico e armazenagem, foi inventariado, descrito e posteriormente marcado com uma referência que tem em linha de conta os seguintes itens: *Designação de Projecto; Natureza do Trabalho Arqueológico; Unidade Estratigráfica de proveniência; Localização no Projecto e Numero de Fragmento*. Assim obteve-se a seguinte referência: (Ex.) T5/ACP (1) /Pk0+175/1.

Para o Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro, a marcação das peças obedeceu aos critérios definidos anteriormente, porém devido às reduzidas dimensões de algumas peças substituiu-se a *Designação do Projecto (T5)* e *Localização no Projecto (Pk 0+900)* pelo *Topónimo* onde foram identificados os materiais, mantendo-se a *Natureza dos Trabalhos (ACP)* seguido da *Área* e respectiva U.E. de proveniência e por fim o *Número de Fragmento*. A referência obtida corresponde a: (Ex.) B.C./ ACP/ A2 (4) / 1. Deste segundo grupo de materiais, foram ainda desenhados os que permitem aferir tipologias (ver Anexos), seguindo-se a respectiva pesquisa bibliográfica de forma a identificarem-se paralelos e as respectivas fases de utilização que permitam o estabelecimento de cronologias relativas ou mais finas, conforme os casos, a atribuir aos sítios identificados.

A metodologia do presente acompanhamento arqueológico consistiu no cumprimento dos seguintes pontos:

- 1 – Elaboração de um registo descritivo da estratigrafia identificada, procedendo-se ao desenho da mesma quando identificada uma realidade arqueológica;
- 2 – Recolha de espólio, desde que significativo para a caracterização da área objecto de acompanhamento e respectiva contextualização.
3. – O espólio foi tratado, marcado, inventariado e caracterizado e depositado no Museu Municipal da Quinta do Conventinho, Loures.

3.3 Descrição dos Trabalhos Arqueológicos

Os primeiros trabalhos de escavação iniciaram no dia 01 de Março de 2007 após a demolição de um barracão na Quinta do Belo, aproximadamente ao Pk 0+100. Após a desmatação dos terrenos adjacentes a poente ao eixo da via entre os Pk 0+100 e 0+180, iniciaram-se os trabalhos de remoção do depósito de vertente (terra vegetal) caracterizado por silte argiloso de cor castanho-escuro e solto, com recurso a uma máquina giratória. Os trabalhos decorreram entre 01 e 05 de Março. A 03 de Março interrompeu-se a intervenção mecânica ao Pk 0+160 a 0+180 devido ao aparecimento de duas estruturas de filiação romana e associadas a espólio com a mesma cronologia. A 05 de Março efectuou-se a visita dos técnicos do IGESPAR.

Os trabalhos que se seguiram consistiram na limpeza manual e definição das estruturas postas a descoberto, assim como a recolha de materiais associados aos vestígios estruturais. Delimitou-se a área com fita sinalizadora e condicionou-se o acesso à área arqueológica, a veículos e máquinas.

Após os trabalhos de decapagem efectuados nas parcelas seguintes, nomeadamente aos Pk 0+200 ao 0+380, foi efectuada a prospecção sistemática com o intuito de verificar o aparecimento de materiais arqueológicos à superfície que pudessem ser indicadores de continuidades estruturais relacionadas com os identificados ao Pk 0+160. Observou-se efectivamente uma dispersão considerável de materiais de construção, bastante rolados e com pastas de cronologias diversas, na maior parte dos casos de época Moderna, não se excluindo muitos fragmentos de filiação romana, porém tratava-se de evidências residuais tendo em conta a natureza do uso dos solos ao longo do tempo. No presente caso, agrícola, com plantio de vinha, cujas raízes foram ainda detectadas nos vários momentos de remoção do depósito primário já descrito. A remoção do referido depósito neste local revelou, por observação do talude deixado a

Poente na rasante do eixo de via, uma potência estratigráfica baixa e sem qualquer elemento de interesse arqueológico.

Os trabalhos prosseguiram a 09 de Março ao Pk 0+400, iniciando-se com uma pequena sondagem mecânica junto aos muros de contenção de terras, (salienta-se neste ponto o declive acentuado da vertente Poente), muito próximo do poço aí existente relacionado com a Quinta de S. Sebastião, e cujo resultado foi nulo do ponto de vista arqueológico. Antes da remoção deste depósito, foi efectuado o levantamento topográfico dos muros de contenção de terras e do poço com nora, prosseguindo no dia seguinte os trabalhos de demolição dos referidos muros e levantamento do depósito primário.

A 12 de Março, com a chegada de mais máquinas giratórias, iniciou-se uma segunda frente de obra para escavação ao Pk 1+075, que após a marcação topográfica e a respectiva prospecção sistemática, que do ponto de vista da arqueologia não revelou quaisquer evidências materiais de superfície, a não ser alguns fragmentos residuais de cerâmica de uso comum de filiação Moderna e em sequência da existência de um pequeno casal agrícola, iniciaram-se os trabalhos de escavação destinados à remoção do depósito primário, *vulgo terra vegetal*, que corresponde a um silte arenoso de cor castanho-escuro, orgânico e solto.

A 13 de Março, efectuou-se ao Pk 0+100, aproximadamente, a escavação na antiga Rua ou Caminho para a Azinhaga, junto à entrada Norte para a Quinta do Belo. Tratando-se de um arruamento, efectuado há cerca de 20 anos, data em que se procedeu à urbanização da área Norte da Quinta do Belo, efectuou-se o respectivo acompanhamento arqueológico uma vez que poderiam ser detectados os estratos originais antes da intervenção do referido arruamento, onde foi colocado, entre outras infra-estruturas, um colector de esgotos. Dada a proximidade aos vestígios romanos identificados, poderia detectar-se em perfil, algum indício de pré existências de filiação romana, parcialmente destruídos durante a intervenção anterior. Não foram detectados quaisquer vestígios estruturais romanos, mas foi possível observar em corte as fundações de uma estrutura aí existente e parcialmente destruída à época, cujo testemunho se mantém visível à superfície confundindo-se com um muro de divisão de propriedade. Em informação recolhida junto do proprietário actual da Quinta do Belo, esta estrutura teria funcionado como pequena casa de arrumos ou de apoio à actividade agrícola da Quinta, nos anos que antecederam à urbanização da área desanexada à

Quinta do Belo. Não foi efectuado o registo gráfico, mas antes o registo fotográfico de pormenor e geral da sequência estratigráfica observada.

Foi ainda efectuado o levantamento topográfico da área arqueológica, com o apoio da equipa de topografia da empresa Armando Cunha, S.A. (MDT).

Procedeu-se ainda ao registo fotográfico dos trabalhos iniciados de manhã junto ao Pk 1+075 e efectuou-se a respectiva prospecção sistemática até à ligação com a existente EM 506. À superfície não se detectou qualquer evidência material de interesse arqueológico.

A 14 de Março prosseguiu-se com o acompanhamento arqueológico de todas as actividades iniciadas no dia anterior sem registo de qualquer evidência material. Os sedimentos removidos foram depositados na rasante poente ao eixo da via. Foi ainda efectuado o saneamento entre os Pk 0+050 e Pk 0+150, sem afectação da área arqueológica.

No dia seguinte prosseguiram os trabalhos de escavação ao Pk 0+450 no qual não se observou qualquer evidência material com interesse arqueológico. Salienta-se mais uma vez o carácter muito acentuado do declive da vertente permitindo um desgaste erosivo permanente da vertente e o conseqüente rolamento dos sedimentos. Assim, o potencial estratigráfico para este ponto da obra não excede os 00.30m de altura.

Ao Pk 1+300, continuaram os trabalhos de remoção do depósito primário caracterizado por silte argiloso com nódulos de argila cinzenta (topo do estrato geológico), orgânico de cor castanho-escuro e solto. Ao Pk 1+275 foi observada, fotografada e deixada no local, uma laje de revestimento em calcário branco com as dimensões 33cmx20cmx07cm, fragmentada no canto inferior esquerdo e isolada. Não aparenta tratar-se de revestimento de chão mas antes de parede devido ao pouco desgaste que apresenta na face exterior. Nas mesmas imediações recolheu-se um fragmento de vidro recente, um fragmento de faiança já sem esmalte, 1 fragmento de bordo de cerâmica vidrada a melado no interior, de pasta vermelha associados a alguns fragmentos de telha de época moderna. Neste ponto estamos ainda muito próximo do casal agrícola em ruína e ao qual estes materiais se poderão associar.

Os trabalhos de escavação destinados à remoção do depósito primário continuaram nas frentes dos Pk 0+500 e 1+200 / 300 até ao dia 17 de Março data em que se iniciou, aproximadamente ao Pk 1+400 a remoção do depósito primário, no local da futura ligação à EM 506 e efectuou-se ainda o registo gráfico do talude nascente ao Pk 0+160.

A 19 de Março efectuou-se o acompanhamento da abertura dos acessos à maquinaria da Teixeira Duarte para a abertura dos buracos para as estacas de suporte à laje de betão a instalar sobre a Galeria da Quinta do Belo, ao Pk 0+180, aproximadamente. Do nivelamento efectuado ao Pk 0+130, não se observou qualquer evidência material que permitisse identificar elementos estruturais. Porém os sedimentos não foram removidos na totalidade, efectuou-se apenas uma pequena terraplenagem do declive para a passagem de máquinas. O acesso dos camiões de betonagem viria a ser efectuado pela entrada ao Pk 0+380, sem qualquer afectação da área arqueológica.

As perfurações das estacas, em número de 6, iniciaram a 21 de Março nas 3 localizadas a sul da Galeria, respectivamente a 6, 5 e 4. A descrição da litologia apresenta-se nas respectivas fichas de acompanhamento, sendo de referir apenas que durante a perfuração da estaca 5, sensivelmente ao 01.30m de profundidade se exumou um fragmento de *tegulae* e um fragmento de bordo associado a um depósito de matriz siltosa com areia de grão fino, de cor castanha.

O terreno onde se efectuou a perfuração das estacas, a Norte da Galeria, à semelhança do efectuado para as estacas a Sul, foi nivelado para colocação da máquina de estacas. Durante o processo de regularização do terreno no Pk 0+180, ainda sobre o depósito primário, continuou a observar-se à superfície muitos materiais, na maioria de construção, de pastas romanas. A dispersão de materiais ocorre até à área da mina e apesar de não se tratar de solos muito remexidos, ou directamente intervencionados, uma vez que sobre eles foram depositados sedimentos previamente exumados, estes materiais poderão ser considerados residuais dada a movimentação de terras existentes, estes poderão ter sido exportados da área arqueológica, cerca de 05.00m para Norte do local das perfurações. No entanto, dada a proximidade das estruturas, a cerca de 20.00m para Norte, todos os trabalhos futuros deverão obedecer ao acompanhamento da remoção **manual** destes sedimentos com o objectivo de se verificar, ou não, a existência de alguma outra estrutura. Salienta-se que foi entre os Pk 0+170 e 0+175 que se recolheu a maioria dos materiais, tanto de construção como as tacinhas de *terra sigillata*.

Os trabalhos de remoção do depósito primário decorreram nas duas frentes já referidas até ao dia 27 de Março data em que se efectuou a ligação do percurso escavado entre Novembro e Dezembro de 2006 e os trabalhos presentes junto ao Pk 0+700. Nos

dias seguintes efectuou-se o inventário e a marcação dos materiais recolhidos e seleccionaram-se os que serão objecto de representação gráfica.

No dia 30 de Março de 2007, efectuou-se uma visita a todo o percurso da obra de forma a assinalar os locais de maior relevância cujos trabalhos ainda não se encontravam concluídos. Trata-se em particular dos Pk 0+180, Pk 0+400, e a extensão entre os Pk 0+800 e 1+100. Uma vez que a maior parte dos trabalhos em obra terão um abrandamento significativo e a presente indefinição da situação da área arqueológica que aguarda parecer definitivo do Dono de Obra e tendo já decorrido um período de tempo significativo, a exposição das estruturas aos agentes atmosféricos acelerou o processo de degradação das mesmas em particular da estrutura em opus signinum, assim como do corte que lhe está associado, pelo que se colocou provisoriamente geotêxtil e se delimitou com fita sinalizadora toda a área arqueológica com o objectivo de restringir o espaço de circulação de máquinas de pequena dimensão. Solicitou-se ainda a presença da técnica da Câmara Municipal de Loures para que tomasse conhecimento presencialmente do ponto da situação no momento da suspensão temporária dos trabalhos.

No mês de Abril, as acções de obra que careceram de acompanhamento arqueológico foram pontuais tendo se caracterizado pela escavação e saneamento ao Pk 1+030, entre os dias 13 e 20 de Abril e reinício dos trabalhos de escavação ao Pk 0+900, no dia 24, cujas acções se descrevem no item seguinte.

Foram ainda efectuados os trabalhos de escavação arqueológica ao Pk 0+160, na Quinta do Belo sob orientação científica da Dra. Ana Raquel Silva. Após *terminus* dos mesmos procedeu-se à cobertura das estruturas com manta geotêxtil de gramagem 150 e recobertas com areia de grão fino, de cor amarelada, procedendo-se em seguida à colocação dos materiais de saneamento, Brecha Basáltica da zona da Ramada, Loures.

Foram ainda abertas duas valas para colocação de manilhas para escorrência de águas pluviais, as designadas PH (passagem Hidráulica), cujas intervenções decorreram em substrato geológico, dispensando-se o acompanhamento arqueológico.

No mês de Maio, as acções de obra que foram objecto de acompanhamento arqueológico resumiram-se à continuidade dos trabalhos de escavação ao Pk 0+900.

Procedeu-se à colocação dos materiais de saneamento, Brecha Basáltica da zona da Ramada, Loures ao Pk 0+180, sem efectuar a limpeza prévia no afloramento de calcário detectado.

3.4 Descrição da realidade Arqueológica identificada

3.4.1 Quinta do Belo

C.M.P. n.º	Ano	Latitude	Longitude	Altitude
417	1993	38°49'40.9" N	09°07'33.9" W	77

Localização Administrativa

Distrito: Lisboa

Concelho: Loures

Freguesia: Unhos

Topónimo: Unhos

Micro topónimo: Quinta do Belo

Rua: Rua da Cidade do Nome de Deus de Macau

Obs.: Designação anterior da Rua correspondia a **Caminho da Azinhaga** – Vestígios Estruturais e Materiais Romanos de finais do século I d.C. a meados do séc. II, possivelmente a *pars rústica* de *villa romana*.

Entre os Pk 0+145.5 e 0+157.5 foram postas a descoberto duas estruturas de filiação romana. Uma revestida a *opus signinum*, de forma sub-rectangular, que poderá corresponder a um pequeno tanque e uma segunda estrutura, com cerca de 03.50m de comprimento, em alvenaria que delimitaria um determinado espaço. Os materiais que se recolheram em directa associação com esta estrutura, são na sua maioria fragmentos de cerâmica de construção desde *tegulae*, *imbricis*, tijoleira, tijolo e cerâmica de armazenagem, sobretudo dois fragmentos de bordo de *dolium*.

Quanto ao restante material exumado, em particular a cerâmica de *terra sigillata*, Sudgálica, foi recolhida junto ao Pk 0+170, associada à U.E. (1), local onde até ao momento não se detectaram outros vestígios estruturais, muito embora o afloramento de calcário possa estar intervencionado e constituir *per si* o arranque de uma estrutura ou mesmo um elemento estruturado por acção de escavação. Para se esclarecer estas questões seria necessária a limpeza da área de forma manual.

Quanto à funcionalidade objectiva do espaço agora posto a descoberto, só a intervenção arqueológica poderá esclarecer.

Apesar das estruturas descobertas no âmbito do acompanhamento estarem abaixo da cota prevista para a implantação da via e, portanto, não correrem o risco de

serem destruídas, optou-se, ainda assim, por uma intervenção arqueológica de caracterização funcional e cronológica do local².

As duas estruturas inicialmente descobertas – uma parede e um possível tanque, com revestimento a *opus signinum* -, relacionadas com materiais recolhidos na área permitiram, desde logo, atribuir uma cronologia do período Romano.

Identificaram-se dois espaços delimitados mas sem dados suficientes para apontar as respectivas dimensões totais: o espaço 1, correspondendo ao conjunto de dois tanques, delimitado a Poente e a Sul por duas paredes, em alvenaria de pedra calcária, sem argamassa (Ilustração 1); o espaço 2, delimitado por duas paredes, a Sul da área dos tanques (Ilustração 2).

Estruturalmente, destacam-se os dois tanques: aquele melhor conservado, apresenta planta rectangular, com 0.84m x 1.32m (dimensões interiores) cujo interior é revestido a *opus signinum*; na ligação das paredes com o fundo, o *opus signinum* forma meia cana; as paredes são construídas em pedra calcária, não aparelhada, e argamassa de cor branca de características muito frágeis. O segundo tanque, de planta igualmente rectangular, apresenta características distintas do primeiro; mede 0.88m x 0.56m (dimensões interiores) e apenas apresenta revestimento a *opus signinum* na face interior Sul e base; esta face é, também, a única estruturada.

O enchimento destes dois tanques não permitiu caracterizar a funcionalidade ou cronologia de utilização e/ou abandono dos mesmos.

A escavação do espaço 2 foi a área que maior percentagem de material arqueológico forneceu, recolhendo-se um fragmento de ânfora, um conjunto significativo de fragmentos de *dolium*, dois fragmentos de *terra sigillata* (fabrico sudgálico) e três pesos de tear.

Do acompanhamento arqueológico da obra resultaram, ainda, mais nove fragmentos de *terra sigillata*, igualmente de fabrico Sudgálico, um deles com marca de oleiro (Prancha I: 2): [... M]AX, a qual poderá corresponder a um Maximus já referenciado na bibliografia³. Os fragmentos de produção Sudgálica permitiram a identificação de dois pratos Drag. 15/17 e uma taça Drag. 24/25 (Prancha I: 1), formas

² Esta intervenção arqueológica esteve a cargo do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Loures, sob a responsabilidade da arqueóloga Ana Raquel Silva e decorreu entre 16 e 26 de Abril de 2007. No final da intervenção, as estruturas arqueológicas mantiveram-se *in situ*, procedendo-se à sua cobertura com manta geotêxtil e areia.

³ OXÉ, August, COMFORT, Howard, 1968, *Corpus Vasorum Aretinorum. A catalogue of the Signatures, Shapes and Chronology of Italian Sigillata*, Rudolf Habelt Verlag GMBH, Bonn, (Antiquitas, Série 4, 3) p. 255.

de cronologia ampla, enquadrável nos reinados de Cláudio (41 – 54 d.C.) e Domiciano (81 – 96 d.C.).

O conjunto de estruturas posto a descoberto é manifestamente reduzido para se concluir, de imediato, sobre a tipologia de ocupação do local.

Apesar da sua localização numa encosta de declive acentuado, a proximidade do rio Trancão desempenharia um papel relevante, nomeadamente como meio de comunicação, na actividade piscatória e na salicultura.

A abundância de água doce e a fertilidade das terras condicionaram, igualmente, a fixação de gentes neste local. A este propósito, refira-se a existência, nesta quinta, de uma mina de água, cuja entrada se localiza poucos metros a Sudeste da área de escavação.

Se associarmos os dois tanques a uma pequena unidade fabril e levarmos em conta a relativa abundância de *terra sigillata*, não descurando as condições geográficas já atrás referidas, bem como a referência a uma inscrição funerária romana existente em Unhos, poderemos estar perante uma *villa* integrável no século I d.C., eventualmente II d.C. .

De referir a recolha, ainda que aparentemente descontextualizada, de um fragmento cilíndrico e um fragmento de bojo decorado com motivo quadriculado oblíquo, de torno lento, ambos em pastas cinzentas muito homogêneas no âmbito, ainda, no acompanhamento de obra (Prancha I: 3, 4).

A localização junto ao rio Trancão, cuja navegabilidade e proximidade à foz, no Tejo, emprestavam ao local um valor estratégico, assim como a abundância de nascentes de água doce, permitirá equacionar uma hipótese de ocupação mais antiga do sítio, de influência orientalizante, enquadrável, genericamente, no 1º milénio a.C. (Arruda, *et al.*, 2000, 25-59; Pimenta, *et al.*, 2005, 313-334).

3.4.2 Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro

C.M.P. n.º	Ano	Latitude	Longitude	Altitude
417	1993	38°49'21.3'' N	09°07'21.9'' W	95

Localização Administrativa

Distrito: Lisboa

Micro topónimo: Bairro das Coroas / Quinta do Miradouro

Concelho: Loures

Rua: Rua da Esperança.

Freguesia: Unhos

Obs.: Em frente ao estaleiro da obra, durante a escavação para a implantação da Rotunda, identificou-se um núcleo de povoamento da Idade do Bronze e uma Conduta de água associada a um reservatório ou tanque para água e a Necrópole de incineração Romanos

Topónimo: Unhos

Aproximadamente ao Pk 0+900 foram postos a descoberto alguns elementos estruturais associados a espólio cerâmico de produção manual e outro espólio característico da pré-história.

Após uma primeira identificação em corte da máquina, foi solicitado ao manobrador que efectuasse o levantamento dos estratos em plano de forma a ser possível controlar a estratigrafia e atingir-se os elementos pétreos observados em corte, num plano o mais uniforme possível. Após se atingir o estrato em questão, suspenderam-se os trabalhos mecânicos, iniciando-se a limpeza e definição manual dos elementos estruturais. Durante o processo de limpeza procedeu-se à recolha dos materiais associados, verificando-se que se tratavam de produções de cerâmica manual, de pastas pouco compactas com abundantes e.n.p., na sua maioria de cozeduras redutoras. Exumaram-se alguns fragmentos que permitem contextualizar, genericamente e pela tipologia que apresentam, uma filiação cultural integrável no Calcolítico (EST. I, III, IV, V).

Os trabalhos de decapagem de toda a área onde se efectuará a Ligação 3, colocou à superfície mais estruturas arqueológicas, muito embora o espólio associado não seja expressivo. As estruturas agora identificadas correspondem ao período romano devido às características de revestimento que apresentam, nomeadamente *opus signinum*. Correspondem a uma pequena conduta de água, com captação aquífera no afloramento margoso calcário onde assenta e em directa conexão com um possível conjunto de estruturas, possivelmente reservatório para armazenagem da água captada.

Do ponto de vista técnico, a necessidade de intervenção por acção de Escavação Arqueológica está justificada pela destruição efectiva dos vestígios no âmbito da implantação da Rotunda, sendo necessária a limpeza dos solos de pouca resistividade e posterior saneamento.

3.4.2.1 Definição das Áreas para Caracterização e Estudo

Após a decapagem de toda a área destinada à implantação da Rotunda / Ligação 3, foi efectuado o Levantamento Topográfico dos elementos identificados e impressos à Esc. 1/200 com a implantação da Rotunda. Foram posteriormente definidas 6 Áreas de intervenção para definição e caracterização:

Área 1; Corresponde ao Talude Sul ao Pk0+850, onde se observa à superfície uma diversidade de materiais com cronologias diversas. Observa-se ainda um pequeno nível que poderá, ou não, corresponder a um nível de combustão.

Área 2; Corresponde ao Talude Sul ao Pk 0+875, onde se registou um conjunto de elementos pétreos associados a cerâmica manual do período Calcolítico.

Área 3; Corresponde ao Talude Sul ao Pk 0+885, onde à superfície e em corte exposto se observam vários elementos pétreos associados a materiais romanos e do Calcolítico.

Área 4; Corresponde a um alinhamento pétreo identificado ao Pk 0+893, associado a materiais romanos e modernos.

Área 5; Corresponde à Condução de água e estruturas associadas identificadas ao Pk 0+900.

Área 6; Corresponde a algumas estruturas também romanas, identificadas a Norte das da área 5 e que possivelmente corresponderam ao mesmo contexto.

Não se definem áreas absolutas uma vez que essa análise seria realizada pela equipa responsável pela escavação arqueológica..

4 INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA QTA DO MIRADOURO

Como se referiu anteriormente, na sequência do acompanhamento arqueológico da obra, foram detectados em corte, alguns elementos pétreos associados a espólio cerâmico de fabrico manual (Fig. 2). Optou-se por um levantamento em plano de forma a ser possível observar o comportamento dos estratos e atingir-se os elementos pétreos observados em corte num plano o mais uniforme possível. Após detectado o estrato em questão, parou-se a actuação mecânica, neste ponto em particular, iniciando-se a limpeza e definição manual dos elementos estruturais.

Na restante área, e face à vasta dispersão dos vestígios arqueológicos identificados à superfície, procedeu-se a uma decapagem mecânica do terreno (Fig. 5), com acompanhamento arqueológico, de forma a obter-se uma leitura em área de todas as estruturas ali existentes. Este procedimento permitiu distinguir várias áreas com estruturas à superfície e materiais associados.

Foi, então, implantado um conjunto de sondagens, com o objectivo de abranger todos os elementos estruturais e materiais identificados durante o acompanhamento. Deste modo, foram marcadas 6 áreas de sondagem, com dimensões variáveis, identificadas de 1 a 6 (Fig. 6).

O ponto de referência utilizado para a obtenção de altimetrias apresentava um valor absoluto de 82.20 m.

O registo das camadas e estruturas seguiu a sequência já identificada durante o acompanhamento arqueológico. Às estruturas identificadas, para além de assinaladas com um número de estrutura (E1, por exemplo), também corresponde uma unidade estratigráfica. Enquanto as camadas foram registadas por áreas de sondagem, as estruturas foram enumeradas numa sequência que abrange toda a área de intervenção.

O registo fotográfico foi realizado com recurso a máquina digital.

Esta intervenção arqueológica esteve a cargo do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Loures, sob a responsabilidade da arqueóloga Ana Raquel Silva, em co-direcção de escavação com a arqueóloga Suzana Pombo dos Santos, e decorreu entre 30 de Agosto e 4 de Outubro de 2007.

Participaram na intervenção, para além das arqueólogas signatárias, os dois assistentes de arqueólogo do Gabinete de Arqueologia, uma técnica da Área das Reservas do Museu Municipal Loures, um aluno do Curso de História, variante Arqueologia (Faculdade Letras Lisboa) e operários da Autarquia de Loures.

4.1 Descrição e caracterização das Áreas em Estudo

Área 1

Implantou-se uma quadrícula de 3x3 m, numa zona marginal às restantes áreas de sondagem mas ainda de afectação pela construção da via (Fig. 7).

Procedeu-se à sua limpeza, constatando-se, na quase totalidade da quadrícula, o aparecimento de uma terra de cor vermelha, de características areno-argilosas, arqueologicamente estéril; no canto Norte, observou-se o aparecimento de uma camada de terra castanha, também com características areno-argilosas e arqueologicamente estéril. No canto Sudoeste, observou-se um conjunto de calcários brancos, deslocados, envolvidos por uma camada de terra castanha escura, muito compacta, de características argilo-arenosas, contendo escassos fragmentos de material de construção, e que assentava sobre a camada de terra vermelha (Fig. 8).

Área 2

Esta área corresponde aos vestígios pétreos e materiais cerâmicos de fabrico manual detectados em corte (Fig. 2). Marcou-se um eixo longitudinal, no sentido Sul/Norte, ponto de referência para o registo arqueológico.

A intervenção arqueológica iniciou-se num plano intermédio da camada 03 e inicial da 05 (Fig. 9).

Camada 0 – corresponde ao coberto vegetal rasteiro.

Camada 01 – silte argiloso, pouco compacto, de cor castanha, com alguns materiais arqueológicos recentes; corresponde a um depósito de vertente que se acumulou por acção de escorrência natural.

Camada 02 – camada de terra argilosa, de cor cinzenta que cobre toda a área onde se identificaram os primeiros indícios pétreos; forneceu materiais de construção, cerâmica comum romana mas, também materiais mais recentes.

Camada 03 – sedimento de matriz arenosa de grão fino, de cor amarelada, solto e que cobre os elementos pétreos; forneceu material cerâmico de fabrico manual mas, também, romano.

Camada 04 – corresponde ao elemento estrutural 1 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 05 – sedimento siltoso-arenoso, de cor castanha, aparentemente remexido devido a revolvimento agrícola e a ocupações posteriores à da ocupação pré-histórica; forneceu material cerâmico de fabrico manual e sílex; envolve a E1 (Fig. 9).

Camada 06 – sedimento arenoso, de grão fino, de cor vermelha, correspondendo ao estrato onde assentam os elementos pétreos (E1). Arqueologicamente estéril.

Área 3

Esta área foi subdividida em duas áreas de intervenção: área 3A e 3B (Fig. 10).

Área 3 A

A área 3A apresentava uma área de implantação com 8x9.65 m, com recorte irregular no corte Norte enquanto a 3B media 4.80x6.10 m; esta última área justificou-se pelo aparecimento de *opus signinum* à superfície, vindo a revelar-se, no decorrer da intervenção, ser apenas um pequeno fragmento descontextualizado. As camadas 0, 01, 02 e 03 são comuns às duas áreas de sondagem. Na área 3B apenas se escavou até ao topo da camada 03, uma vez que a escavação desta camada na área 3A não justificava a sua continuação.

A intervenção arqueológica iniciou-se no topo das camadas 03 e 06, na área 3A e num plano intermédio da camada 02, na área 3B.

Área 3 B

Camada 0 – corresponde ao coberto vegetal rasteiro.

Camada 01 – silte argiloso, pouco compacto, de cor castanho, com alguns materiais recentes.

Camada 02 - camada de terra argilosa, de cor cinzenta que cobre toda a área onde se identificaram os primeiros indícios pétreos, na área 3A e o fragmento de *opus signinum*, na área 3B.

Camada 03 - sedimento de matriz arenosa de grão fino, de cor amarelada, solto e que envolve alguns calcários brancos, soltos, nomeadamente na área 3A; forneceu material cerâmico de fabrico manual, mas também romano, nomeadamente, material de construção.

Camada 04 – corresponde à estrutura 2 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 05 - corresponde à estrutura 3 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 06 – sedimento arenoso de grão fino, de cor acastanhada; forneceu material cerâmico de fabrico manual e lítico (Fig. 11). Envolve a E3. Distinguiu-se uma camada 06A, de cor castanha escura, com manchas claras e veios ferruginosos (Fig. 12); apresentou-se como uma camada muito heterogénea, integrando material cerâmico de fabrico manual mas, também, materiais recentes como plástico e telha. Corresponde a uma zona que apresenta revolvimento mecânico, devido à obra; nessa perspectiva, optou-se por escavá-la com recurso a meios mecânicos (Fig. 13).

Camada 07 – mancha de terra castanha, com veios ferruginosos, que envolve alguns calcários brancos e manchas de material de construção (Fig. 14); embora com características muito semelhantes à 06, distinguia-se por ser muito menos compacta e de um tom mais escuro, eventualmente pela acção das muitas raízes que embala. O material arqueológico recolhido não difere do da camada 06.

Camada 08 – camada de terra muito compacta, de cor castanho esbranquiçado, envolvendo material de construção e calcários brancos de pequena dimensão.

Camada 09 – camada de terra com características marcadamente argilosas, compacta, de cor castanha clara; forneceu grande quantidade de material de construção romano, sobretudo ímbrices; integrava, igualmente, um conjunto de calcários brancos de média/grande dimensão que delimitavam, a leste, esta camada (Fig. 14).

Camada 10 – camada de terra com características arenosas, de cor castanho claro, com veios ferruginosos; forneceu cerâmica de fabrico manual. É delimitada, a poente, pelos calcários descritos na camada anterior (Fig. 14).

Camada 11 – camada de terra arenosa, castanha muito clara, pouco compacta, envolvendo alguns calcários brancos de pequena dimensão; aparece numa pequena faixa, junto ao corte Leste.

Camada 12 – camada de terra arenosa, pouco compacta, de cor amarela, estéril arqueologicamente e que apenas surge no canto Nordeste; poderá corresponder a um eventual despejo recente.

Camada 13 – corresponde à camada que surge sob a 09 e 10, de características marcadamente ferruginosas, com tons avermelhados. Apresentava uma espessura média de 2 cm.

Camada 14 – camada que surge sob a 06 e 13, de cor castanha, com veios ferruginosos, areno-argilosa (corresponderá à camada 06 da área 2).

Face à inexistência de elementos estruturais *in situ* que suportem todo o material arqueológico recolhido e integrável no período Calcolítico, optou-se por interromper a escavação desta área de sondagem sem que a camada 07 tenha ficado concluída. Considerou-se que o material arqueológico entretanto recolhido permitia uma caracterização daquele espaço sem que fosse necessária uma recolha exaustiva do mesmo.

Área 4

Implantou-se uma quadrícula com 4 x 9.40 m (Fig. 15).

A intervenção arqueológica iniciou-se no plano inicial da camada 03.

Camada 0 – corresponde ao coberto vegetal rasteiro.

Camada 01 – silte argiloso, pouco compacto, de cor castanho, com alguns materiais recentes.

Camada 02 - camada de terra argilosa, de cor cinzenta que cobre toda a área onde se identificaram os primeiros indícios pétreos.

Camada 03 - sedimento de matriz arenosa de grão fino, de cor amarelada, solto e que envolve alguns calcários brancos, soltos, nomeadamente a estrutura 4; forneceu material cerâmico romano, nomeadamente, material de construção.

Camada 04 – corresponde à estrutura 4 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 05 – corresponde a uma camada de terra com características argilosas, de cor castanho, com tons ferruginosos. Não forneceu material arqueológico.

Camada 06 – camada de terra areno-argilosa, cinzenta escura, pouco compacta que apareceu em forma de mancha, junto ao corte Norte (Fig. 16); forneceu escasso material arqueológico, apontando para uma cronologia genericamente atribuível ao período Medieval/Moderno (Est. VI: 5). Assenta sobre a camada 05. Integra a estrutura 8.

Camada 07 – corresponde à estrutura 8 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 08 – corresponde a uma pequena linha identificada apenas no corte norte da área de sondagem (com pequeno prolongamento para o corte poente); muito compacta, de cor castanho claro, estéril arqueologicamente, parece composta de calcário desagregado.

A camada 05 corresponderá a um sedimento de deposição natural, sem ocupação humana (à semelhança das camadas 14 e 06, respectivamente das áreas 3 e 2), como se veio a confirmar pela observação dos cortes deixados, posteriormente, pela escavação da obra (Fig. 17).

Áreas 5 e 6

Nestas duas áreas de sondagem, registaram-se as camadas arqueológicas na mesma sequência. A área 5 foi subdividida em duas áreas de intervenção: área 5A (Fig. 18) e 5B (Fig. 19). A área 5A apresentava uma área de implantação com 5 x 6 m, enquanto a 5B apresentava 8 x 4 m. A área 6 apresentava uma área de implantação com 9 x 4 m (Fig. 20).

As camadas 0, 01 e 02 são comuns às duas áreas de sondagem. A camada 03 corresponde a uma argila muito compacta, de cor vermelho, estéril; embala um conjunto

de calcários brancos, de média/grande dimensão, sem interesse arqueológico, e que poderão estar, eventualmente, associados a um derrube (Fig. 21). Esta camada foi assinalada durante o acompanhamento, não integrando, no entanto, a área de sondagem marcada para intervenção.

A intervenção arqueológica iniciou-se num plano intermédio das camadas 04, na área de sondagem 5A e 01, nas áreas de sondagem 5B e 6.

Camada 0 – corresponde ao coberto vegetal rasteiro.

Camada 01 – silte argiloso, pouco compacto, de cor castanho, com alguns materiais recentes.

Camada 02 - camada de terra argilosa, de cor cinzenta que cobre toda a área onde se identificaram os primeiros indícios pétreos.

Camada 03 - sedimento de matriz arenosa de grão fino, de cor amarelada, solto.

Camada 04 – sedimento arenoso, de cor amarela e que cobria, parcialmente, a estrutura 5; estéril arqueologicamente; aparece, apenas, na área de sondagem 5A.

Camada 05 – corresponde à estrutura 5; surge, apenas, na área de sondagem 5A (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 06 – marga calcária de cor vermelha que corresponde ao substrato geológico;

Camada 07 - corresponde à estrutura 6; (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 08 – camada de terra de características marcadamente argilosas, de cor castanha clara (dourada), forneceu escasso material arqueológico; sobrepõe a estrutura 13.

Camada 09 – corresponde ao sedimento que preenchia, parcialmente, o interior da estrutura 5.

Camada 10 – corresponde ao enchimento da estrutura 6; apresenta-se como uma camada pouco compacta, argilo-arenosa, castanha, bastante heterogénea; forneceu pouco material arqueológico.

Camada 11 – corresponde a uma camada de terra argilosa, de cor vermelha, estéril, na qual foi implantada a estrutura 13; é a mesma camada identificada como 06.

Camada 12 – camada medianamente compacta, areno-argilosa, integrando fragmentos de argamassa e *opus signinum*, resultantes da destruição da estrutura 6; identificada apenas no interior daquela estrutura, no canto sudoeste.

Camada 13 – camada compacta, argilo-arenosa, cinzenta escura; coincide com uma área que corresponderia à ligação da estrutura 5 à 6, apenas na área 5 (Fig.22).

Camada 14 – corresponde a uma pequena mancha de terra cinzenta escura, com carvões, argilo-arenosa que cobre o derrube de calcários identificado como camada 18 (área 6), estendendo-se para nascente, em plano (Fig. 23); recolheu-se um conjunto de pregos em ferro numa área afectada pela retroescavadora, pelo que não estariam *in situ*.

Camada 15 – camada de terra castanha clara, com características arenosas, estéril arqueologicamente (área 6).

Camada 16 – pequena mancha de terra cor castanho escuro, argilo-arenosa, pouco compacta, só identificada no corte poente da área 6; recolheram-se dois fragmentos cerâmicos, de fabrico manual.

Camada 17 – corresponde à estrutura 7 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 18 – corresponde à estrutura 11 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 19 – corresponde a um conjunto de calcários de média/grande dimensão e escassos fragmentos de tijolo (Fig. 24) embalados por uma terra registada como camada 28.

Camada 20 – camada de terra castanha clara, pouco compacta, areno-argilosa.

Camada 21 – corresponde a uma mancha de terra castanha escura, argilo-arenosa, com carvões, fragmentos desfeitos de tijolo e envolvendo alguns pregos em ferro. Apresenta características semelhantes à camada 14.

Camada 22 – corresponde à estrutura 9 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 23 - corresponde à estrutura 10 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 24 - corresponde à estrutura 12 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 25 – camada de terra castanha escura, homogénea, de características areno-argilosas, que surge sob a camada 21 e assenta, em parte, sobre a estrutura 13. Forneceu escassos fragmentos de osso, carbonizados, e cascas de caracóis.

Camada 26 - corresponde à estrutura 13 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 27 – camada de terra onde assenta a estrutura 13; apresenta-se como uma terra castanha clara, com pequenas e ténues manchas negras, areno-argilosa.

Camada 28 – camada de terra castanha clara, de características marcadamente argilosas que embalava o derrube de calcários identificado como camada 19; recolheram-se vários fragmentos de vidro pertencentes a um número mínimo de dois recipientes (Fig. 25).

Procedeu-se, ainda, à escavação de uma área de sondagem, utilizando meios mecânicos (Fig. 6), não tendo sido identificada qualquer estrutura ou camada de terra com interesse arqueológico.

4.2 Desmontagem das estruturas

Concluídos os trabalhos de escavação, planeou-se a desmontagem das estruturas postas a descoberto, nomeadamente nas áreas 5 e 6, conforme indicação do IGESPAR.

Recorrendo a meios mecânicos, iniciou-se a desmontagem do tanque principal (estrutura 6), com um corte no sentido longitudinal (Fig.26).

Esta desmontagem não revelou novas estruturas nem materiais associados. O corte longitudinal permitiu registar o tipo de aparelho e técnica construtiva desse tanque (Fig. 27).

A desmontagem da estrutura 12 veio a revelar uma sepultura de incineração (estrutura 14), em bom estado de conservação, embora sem cobertura (Fig. 28). A estrutura 12 revelou ser apenas uma base composta por calcários de média dimensão ligados por uma argamassa de cal e areia.

Face à descoberta daquela sepultura, e recorrendo aos meios mecânicos disponíveis na obra, escavou-se a área envolvente às áreas 5 e 6 com o objectivo de encontrar outras estruturas, o que não veio a acontecer.

Após a total desmontagem da estrutura 12, procedeu-se à escavação da sepultura (estrutura 14) entretanto posta a descoberto bem como duas áreas de cinzas igualmente identificadas. Uma vez que esta estrutura surgiu na anteriormente designada área 5B, as camadas seguiram a mesma sequência:

Camada 29 – mancha de carvões, embalando alguns nódulos de argila vermelha; corresponderá a um cinzeiro (Fig. 29).

Camada 30 – corresponde a uma área de terra castanha, com elevada concentração de carvões e abundância de espólio arqueológico; trata-se, igualmente, de um segundo cinzeiro (Fig. 30).

Camada 31 – camada de terra heterogénea, argilo-arenosa, com tons castanhos e manchas pequenas de carvões (Fig. 29).

Camada 32 – esta camada corresponde ao substrato geológico, marcadamente argilosa, castanha com tons avermelhados, onde a estrutura 14 foi implantada.

Camada 33 - corresponde à estrutura 14 (ver descrição no capítulo 4.3.).

Camada 34 – corresponde ao sedimento que preenchia o interior da estrutura 14; apresentava características argilo-arenosas, medianamente compacta e uma cor castanha esverdeada; este enchimento forneceu um conjunto de espólio funerário muito bem conservado.

4.3 Descrição das Estruturas

Estrutura 1 (Fig. 31)

Área 2 (camada 04)

Corresponde a um conjunto de calcários brancos, de média dimensão, identificado durante o acompanhamento; envolvia material cerâmico de fabrico manual, lascas e um furador em sílex e espólio osteológico.

Poderá corresponder ao derrube de uma estrutura marcando, assim, o momento de abandono da mesma.

Estrutura 2 (Fig.32)

Área 3A (camada 04)

Corresponde a um conjunto de calcários brancos, de média dimensão, identificado durante o acompanhamento; envolvia material cerâmico de fabrico manual, lascas em sílex, espólio osteológico e material de construção romano.

Não se verificou, no decorrer da intervenção arqueológica, tratar-se de uma estrutura definida.

Estrutura 3 (Fig.33)

Área 3A (camada 05)

Corresponde a um conjunto de calcários brancos, muito semelhante à estrutura 1 (e eventualmente relacionada com esta), identificado durante o acompanhamento; estava associado a materiais cerâmicos de produção manual.

Estrutura 4 (Fig.15)

Área 4 (camada 04)

Corresponde a um conjunto de calcários brancos, de média e grande dimensão, identificado durante o acompanhamento; aparentava um alinhamento, com orientação Nascente/Poente. Destacava-se um dos calcários, com cerca de 0.50 m de diâmetro.

Não se verificou, no decorrer da intervenção arqueológica, tratar-se de uma estrutura definida.

Estrutura 5 (Fig. 34)

Área 5A (camada 05)

Corresponde a um troço de caleira, para condução de água, em alvenaria de pedra; é constituída por duas fiadas paralelas de calcários brancos, de pequena dimensão ligados por argamassa e o canal é revestido a *opus signinum*. Apresenta vestígios de

cobertura em calcário e argamassa. A sua orientação era Poente/Nascente, seguindo o desnível a mesma orientação (Fig. 35).

Estrutura 6 (Fig. 36)

Área 5A/B (camada 07)

Corresponde a um tanque em alvenaria de pedra calcária, branca, de pequena/média dimensão, ligada por argamassa e revestido a *opus signinum*; o reservatório apresenta um rebordo interior em meia cana, com as dimensões aproximadas de 3.20 x 0.74 m. Tanque rectangular, com as dimensões 4.38 x 1.85 m.

Estrutura 7 (Fig. 38)

Área 6 (camada 17)

Corresponde a um troço de eventual parede, em alvenaria de pedra calcária branca, de média e grande dimensão ligada por argamassa, de orientação Sul/Norte. Este troço de parede sobrepõe uma estrutura, em alvenaria de tijolo, rectangular, com as dimensões aproximadas de 1.10 x 0.48 m.

Estrutura 8 (Fig. 37)

Área 4 (camada 07)

Corresponde a um conjunto de calcários brancos, de média e grande dimensão, identificado no decorrer da escavação. Não se verificou o seu interesse arqueológico.

Estrutura 9 (Fig. 39)

Área 6 (camada 22)

Corresponde a um troço de caleira, para condução eventual de água entre as estruturas 6 e 7, em alvenaria de pedra e *opus signinum*; embora muito destruído, apresenta o mesmo tipo de construção já descrito para a estrutura 5.

Estrutura 10 (Fig. 40)

Área 6 (camada 23)

Corresponde a um pequeno derrube de pedra calcária branca, de pequena/média dimensão, junto ao canto noroeste da estrutura 6.

Estrutura 11 (Fig. 23)

Área 6 (camada 18)

Corresponde a um derrube de pedra calcária branca, de pequena dimensão, relacionável com a estrutura 7.

Estrutura 12 (Fig. 41)

Área 5B (camada 24)

Corresponde a uma base, em alvenaria de pedra calcária branca, de média/grande dimensão, ligada por argamassa. Apresentava forma rectangular, com as dimensões aproximadas de 3.74 x 3.00 m.

Estrutura 13 (Fig. 42)

Área 6 (camada 26)

Corresponde a uma pequena mancha de pequenas pedras calcárias brancas, argamassa e escasso material de construção fragmentado. Poderá, eventualmente, ter correspondido a uma sepultura de incineração.

Estrutura 14 (Fig. 43)

Área 5B (camada 33)

Corresponde a uma sepultura de incineração, em alvenaria de tijolo. Apresentava forma rectangular, com as dimensões aproximadas de 1.17 x 0.45 m. As tijoleiras apresentavam as dimensões aproximadas de 0.43 x 0.30 m.

4.4 Materiais arqueológicos

Em termos de material arqueológico, recolheu-se um conjunto considerável de cerâmica – de fabrico manual e torno -, líticos, metais, vidros, artefactos em osso e espólio osteológico.

Já se procedeu à lavagem/limpeza da totalidade do material, nomeadamente o cerâmico, vítreo e osteológico, bem como à respectiva marcação e inventário (o código atribuído é UO.). Os materiais em metal estão a ser alvo de uma limpeza e estabilização por parte de um técnico especializado.

Distinguem-se dois grupos de materiais: um conjunto atribuível a uma ocupação do Calcolítico, constituído por cerâmica de fabrico manual, líticos e um elemento de mó; um segundo conjunto, atribuível a uma ocupação do período Romano, e que integra um pequeno número de cerâmica comum, material de construção e no qual se destaca um conjunto associado a uma necrópole de incineração.

4.4.1 Espólio atribuível à ocupação da Pré-História.

O espólio recolhido e atribuível à pré-história foi objecto de tratamento e inventariação para entrada em reserva do museu e não para efeitos de quantificação ou

qualquer atribuição estatística que implicaria um estudo de pormenor. Apresentam-se os elementos mais representativos e que permitem contextualizar cronologicamente o sítio identificado no âmbito do acompanhamento.

Este conjunto foi recolhido apenas nas intervenções das áreas 2 e 3 A estando envolvido por um sedimento de matriz areno – siltosa de cor castanha correspondendo, na área 2, à camada 05 e na área 3A, às camadas 06 e 07.

O conjunto de materiais apareceu disperso e associado a elementos pétreos não estruturados. Neste conjunto inclui-se um fragmento de dormite de mó em granito de grão grosso, com a superfície de utilização plana. A dispersão dos materiais e nível de perturbação dos elementos pétreos poderá sugerir uma de duas situações:

1. Nível de ocupação pré – histórico perturbado por acção humana em momentos de ocupação posteriores, nomeadamente no período romano ou por razões de utilização relacionadas com a actividade agrícola.
2. Nível de ocupação pré – histórico perturbado devido a uma acção natural, nomeadamente uma acção de escorrência de depósito de vertente que por acção sísmica ou outra, terá ocasionado a escorrência dos sedimentos para SE encontrando-se, neste caso, o núcleo de povoamento original no topo da vertente.

Os materiais exumados correspondem na sua maioria a cerâmica de produção manual com cozeduras predominantemente redutoras ou cozeduras irregulares. As pastas são, na sua maioria, grosseiras e com abundantes e.n.p., em particular quartzos. Alguns fragmentos apresentam tratamento de superfícies, internas, externas ou ambas caracterizadas pelo alisamento. O conjunto apresenta referências ao período Calcolítico, em particular quatro fragmentos com decoração incisa (EST. I), duas taças uma das quais em calote de esfera decorada com motivos triangulares preenchidos por traços oblíquos, semelhante ao “tipo 12” do Grupo Palmela, povoado das Malhadas, (Silva e Soares;1974-77; 108).

Distinguem-se porém, algumas formas carenadas, sobretudo carenas médias e baixas, (EST. II e III) e ainda um perfil em S, quase completo, de taça de carena média, (EST.IV), bem como um bordo de vaso de paredes rectas.

Foi ainda recolhido material lítico, na sua maioria desperdício de talhe, uma pequena lâmina em sílex (EST.V) e um furador.



Estamos, assim, perante um conjunto integrável no período Calcolítico.

4.4.2 Espólio atribuível à ocupação do período Romano

Foi sobretudo nas áreas 3 (Est. VI: 1 – 4), 5 (Est. VI: 6) e 6 que se recolheu a maioria do material atribuível ao período Romano; enquanto as áreas 5 e 6 estão associadas à necrópole, a área 3 não revelou qualquer estrutura que suportasse o material ali recolhido.

Na área 3, constatou-se uma grande frequência de material de construção – fragmentos de ímbrices e de tijolos, tendo sido recolhidos, apenas, os mais relevantes. A cerâmica recolhida é de fabrico comum, destacando-se um eventual bojo de ânfora, um bojo de bilha e dois de *dolium*.

Na área 6, destaca-se um conjunto de pregos, em liga de ferro, recolhido na camada de terra que embalava grande quantidade de carvões, junto à estrutura 7 e sobre a 13, os quais poderão estar relacionados com práticas de incineração funerária. Ainda junto à estrutura 13 recolheram-se vários fragmentos de vidro (Fig. 25) pertencentes, no mínimo, a dois recipientes, que não estão inteiros, e um pequeno conjunto de fragmentos de ossos carbonizados.

Foi ainda recolhido um numisma, ilegível, no derrube identificado sobre a estrutura 7.

Na área 5, destaca-se o conjunto de espólio recolhido no interior da sepultura preservada e nas zonas de cinzas associadas (camadas 29 e 30), nas quais se recolheu abundante espólio:

Camada 29

Neste cinzeiro recolheram-se dois numismas, ilegíveis; um fragmento de disco de uma lucerna; alguns fragmentos em osso, cinzelados, correspondendo a um, ou mais, pequenos recipientes eventualmente relacionados com cosmética (*pyxis*).

Também se recolheu um pequeno conjunto de ossos, muito provavelmente humanos, carbonizados.

Camada 30

Esta área de cinzas forneceu abundante espólio:

- o vários fragmentos de lucernas em cerâmica;
- o pregos em liga de ferro;

- fragmentos de vidro;
- um conjunto de fragmentos de hastes, em osso, que poderão corresponder a instrumentos relacionados com a fiação e tecelagem, como agulhas ou fusos⁴; ainda relacionado com esta actividade, um fragmento de eventual separador de fios, em osso (Fig. 49);
- diversos fragmentos em liga de cobre que parecem ter correspondido a uma pequena caixa;
- alguns fragmentos em osso, cinzelados, semelhantes aos da camada 29 (Fig. 50; Est. VII: 5 e 6);
- alguns fragmentos de ossos, muito provavelmente humanos, carbonizados;
- diversos fragmentos de cerâmica comum.

Recolheu-se, igualmente, um púcaro cerâmico de uma só asa (Fig. 51; Est. VII: 3), bojo ovóide e colo estrangulado, pequeno pé em bolacha, com sulco concêntrico. Asa de secção sub-rectangular, na parte superior do bojo. Não apresenta decoração. Segundo J. Nolen (Nolen, 1985, 67-9), é uma forma frequente nas necrópoles do Alto Alentejo, embora a existência de exemplares apenas com uma asa seja rara. Enquadra esta forma cerâmica nos finais século I d.C. - inícios século II d.C., com possibilidade de utilização por este século adentro.

As lucernas encontram-se muito fragmentadas e as pastas apresentam-se mal conservadas e muito roladas, o que dificulta a identificação das formas; contabilizam-se três exemplares incompletos, quatro fragmentos de asas, quatro fragmentos de bicos, um fragmento de disco com parte de orifício de alimentação e cerca de sete dezenas de fragmentos vários.

Em termos de decoração (Fig. 55), existem apenas oito fragmentos que apresentam alguns vestígios, muito pouco perceptíveis: três fragmentos de orla, ostentando fiadas regulares de pérolas; um fragmento de bico com vestígios de decoração; um dos exemplares incompletos apresenta início de um motivo decorativo circular no disco; três fragmentos de parede de reservatório com pequenas aplicações plásticas. Os fragmentos de orla perolada poderão corresponder a exemplares do tipo Dressel/Lamboglia 30-B, o que remete para uma cronologia de meados do século III d.C. . Aliás, este tipo de decoração torna-se mais frequente a partir do século III d.C. .

Grande parte dos fragmentos apresenta vestígios de um engobe vermelho escuro.

⁴ Existe um conjunto de dois fragmentos que não parece enquadrar-se em nenhuma destas duas designações pois apresentam forma arqueada; poderão ter correspondido a alfinetes de cabelo.

Os três exemplares incompletos apresentam reservatórios circulares, com fundos planos (apenas um conserva parte do fundo), asas perfuradas, descendo sobre o reservatório e correspondendo ao tipo Ponsich 7/8⁵, com orla descaída para o exterior; não conservam os bicos. Poderão corresponder ao tipo Dressel/Lamboglia, 17 ou 20, com um âmbito cronológico enquadrado na 2ª metade séc. I d.C. – 1ª metade século II d.C.

Os diversos fragmentos de cerâmica recolhidos são bojos, pelo que não é possível identificar a sua forma. Poderão, eventualmente, relacionar-se com uma urna funerária.

Ainda da camada 31, destacam-se alguns fragmentos de vidro (um dos quais bordo), um numisma ilegível, fragmentos de uma lucerna, alguns fragmentos de cerâmica comum e um fragmento em osso, cinzelado.

Sepultura (Fig. 52)

No interior da sepultura foram encontrados:

- quatro recipientes em vidro, inteiros (Est. VII: 1, 2);
- dois recipientes em vidro, muito fragmentados;
- uma taça inteira, em liga metálica ainda não identificada;
- um conjunto de 2 dados de jogo, em osso;
- uma *tessera*
- quatro fusaiolas, em osso, de forma discóide (Fig. 53);
- um conjunto de seis cabeças de eventuais fusos, em osso (Est. VII: 4);
- um conjunto de quatro eventuais fusos, em osso, um dos quais apresenta uma das extremidades em forma de seta;
- um conjunto de fragmentos de ossos, muito provavelmente humanos, carbonizados.

Os recipientes em vidro, inteiros, correspondem a unguentários; três deles, com reservatório triangular e colo cilíndrico (Est. VII: 2), integram-se no tipo 82 definido por Isings, datada genericamente dos finais século I d.C. – inícios século II d.C. . O quarto recipiente inteiro parece integrar-se na variante B2 do mesmo tipo atrás descrito (Fig. 54; Est. VII: 1). Os recipientes fragmentados, aparentemente, também correspondem a unguentários; um deles parece enquadrar-se no tipo 83 de Isings, apresentando um reservatório com quatro depressões ovais alongadas e colo cilíndrico. A cronologia para este tipo é mais alargada, entre os séculos I-IV d.C..

⁵ As restantes asas também parecem enquadrar-se nesta tipologia.

A taça em liga metálica é uma forma aberta, com fundo plano e superfície exterior decorada com sulcos contínuos na diagonal (Fig. 56).

4.5 Considerações finais da Intervenção Arqueológica da Quinta do Miradouro

A intervenção arqueológica que teve lugar na Quinta do Miradouro, no âmbito de trabalhos de minimização de impactos, na área da projectada rotunda 2, ao PK 0+900 da via T5 – Unhos/Sacavém, permitiu identificar dois períodos de ocupação humana, pré-histórica e romana, desconhecidos até então no território da freguesia de Unhos.

Foi, então, registado um primeiro momento de ocupação do espaço, datado do IV – III milénio a.C. (Calcolítico). Este momento, caracterizado sobretudo pelo espólio recolhido, nomeadamente utensilagem lítica, cerâmica de fabrico manual e um fragmento de mó, uma vez que, não se mantiveram preservadas quaisquer estruturas relacionadas com esta ocupação; devido a revolvimentos agrícolas e/ou decorrentes da própria obra, ou porque a própria ocupação do período romano terá contribuído para a destruição daquele assentamento pré - histórico, nenhum dos elementos pétreos identificados se encontrava *in situ*.

O segundo momento de ocupação do espaço data do período romano e apresenta duas vertentes: uma primeira, caracterizada por um conjunto de estruturas hidráulicas e uma segunda correspondente a uma necrópole.

Identificou-se, seguramente, uma sepultura em associação com dois cinzeiros; mantendo-se em aberto a identificação de outras duas possíveis estruturas sepulcrais.

A sepultura identificada como E14 estava estruturada em caixa rectangular, construída em alvenaria de tijolo, com fundo revestido de tijoleiras. Apresentava de comprimento 1.17 m e 0.45 m de largura. Com uma orientação aproximada de SE/NW (Fig. 52), integrava, junto ao topo SE, um conjunto de cinco unguentários (quatro deles inteiros) e uma taça em liga metálica (Fig. 54 e 56); no topo NW, estava depositado um unguentário, fragmentado. Sensivelmente a meio da sepultura, existia uma mancha de ossos fragmentados com sinais de exposição ao fogo e que envolvia, igualmente, dois dados de jogo, uma *tessera* e um conjunto de utensílios relacionados com a fiação (fusaiolas e fusos) (Fig. 53).

Não se registou a presença de carvões ou cinzas no interior desta sepultura.

Na sua envoltura, verificou-se a existência de duas áreas de cinzas e carvões, em manchas irregulares e não estruturadas (Fig. 45). Enquanto o cinzeiro identificado com a camada 29, e localizado sensivelmente a SW da sepultura, forneceu um pequeno conjunto de espólio (dois numismas, um fragmento de disco de uma lucerna, alguns fragmentos em osso, cinzelados, correspondendo a um, ou mais, pequenos recipientes eventualmente relacionados com cosmética (*pyxis*), assim como um pequeno conjunto de ossos, muito provavelmente humanos, com sinais de exposição ao fogo), o outro cinzeiro, sensivelmente a N da sepultura e identificado com a camada 30, forneceu abundante espólio, desde vários exemplares de lucernas, fragmentos de vidro, diversos fragmentos em liga de cobre que parecem ter correspondido a uma pequena caixa, alguns fragmentos em osso, cinzelados (semelhantes aos da camada 29), um pequeno conjunto de ossos, muito provavelmente humanos, com sinais de exposição ao fogo, um conjunto de utensílios relacionados com a fiação, alguns pregos em liga de ferro e um púcaro em cerâmica.

Estamos, pois, perante um ritual funerário de incineração.

Os vários fragmentos cerâmicos recolhidos na camada 30 poderão relacionar-se com a existência de uma urna funerária, da qual não é possível identificar a forma; para além de outro pequeno conjunto de fragmentos cerâmicos recolhidos na camada 31 e cujas características das pastas remetem para o mesmo recipiente, parecem ser estes os únicos vestígios de urna funerária. Face ao estado fragmentário da cerâmica, os poucos fragmentos de ossos humanos aparecem soltos e misturados com o restante espólio; na sepultura, como acima já foi referido, os fragmentos de ossos foram depositados num pequeno conjunto, misturados com algum espólio, sem indícios de existência de urna.

As dimensões das manchas de cinzas não permitem equacionar uma cremação do defunto no próprio local, nem a quantidade de carvões encontrados nos cinzeiros nos parece suficiente para justificar tal hipótese.

Este conjunto de sepultura e dois cinzeiros estava selado por uma base em alvenaria de pedra calcária, de forma rectangular, com 3.74 x 3.00 m (Fig. 41). Para além desta estrutura, identificada em escavação por E12, a sepultura não apresentava outro tipo de cobertura.

A hipótese que se apresenta como mais plausível é a de que a E12 é o que resta de uma estrutura construída com o único propósito de assinalar aquele espaço funerário.

Em época romana, era habitual assinalar os locais das sepulturas ou necrópoles através da colocação de aras, estelas ou mesmo recorrendo à construção de mausoléus

(Caetano, 2002: 313-334). Em Unhos está referenciado o aparecimento de um eventual cipo, com a seguinte inscrição *IVLIVS · MVN(...?) LI / B(...?) ITALICVS / AVGVSTAL · H · S · E*⁶, cujo paradeiro actual é desconhecido. Poderá esta inscrição funerária estar relacionada com esta sepultura? Se é verdade que o conjunto de utensílios relacionados com a fiação recolhidos no interior da sepultura pode remeter para um enterramento feminino, também é um facto que as peças de jogo poderão associar-se a um homem. Só uma análise antropológica aos fragmentos de ossos depositados no interior da sepultura poderá, eventualmente, vir a determinar o número de indivíduos ali sepultados.

Como já foi referido atrás, identificaram-se outras duas eventuais estruturas sepulcrais, a E7 e a E13.

No decorrer da intervenção arqueológica, a E7 foi identificada como um pequeno reservatório de água, em associação com as restantes estruturas de condução igualmente descobertas; relativamente à E13, permanecia a incógnita quanto à sua natureza. Apenas quando se descobriu a sepultura e os cinzeiros se colocou a hipótese daquelas duas estruturas estarem relacionadas com uma área de necrópole.

Ambas as estruturas estavam sob camadas com carvões, heterogéneas e de forma irregular, embalando alguns pregos em liga de ferro e, no caso da E13, alguns fragmentos de vidro.

Embora com dimensões mais reduzidas, a E7 apresentava uma tipologia muito semelhante à sepultura identificada como E14: caixa rectangular, construída em alvenaria de tijolo, com fundo revestido de tijoleiras, 1.10 m de comprimento e 0.48 m de largura, apresentava orientação aproximada de SE/NW (Fig. 46). O seu conteúdo não forneceu qualquer tipo de espólio à excepção do derrube de calcários, identificado como camada 18, e no qual foi recolhido um numisma (Fig.23). Este derrube de calcários estava sobre o que pareceu ser um troço de parede, também identificado como E7 e que sobrepunha, parcialmente, a eventual sepultura. Coloca-se a hipótese deste pequeno troço de parede e o derrube corresponderem a uma cobertura da sepultura, o que nos levaria a enfrentar uma situação semelhante à descrita para a E14.

No que respeita à E13, identificou-se, inicialmente, uma pequena concentração de calcários (Fig. 24), associada à camada 21, com características argilo-arenosas, integrando carvões, fragmentos desfeitos de tijolo; forneceu alguns pregos em liga de

⁶ Proposta de leitura de Fernandes, 1998, 83.

ferro e fragmentos de vidro. Esta camada apresentava uma forma irregular e não estruturada.

No decorrer da escavação desta estrutura verificou-se, para além dos calcários, a existência de nódulos de argamassa e alguns fragmentos de tijolo, sem que tenha sido reconhecida uma qualquer forma estruturada (Fig. 42). Recolheu-se, no entanto, um conjunto considerável de fragmentos de vidro, correspondendo a um número mínimo de dois recipientes e um pequeno número de fragmentos de ossos, com sinais de exposição ao fogo.

Também no interior desta estrutura, e à semelhança da E14, não existiam cinzas ou carvões.

Coloca-se, de facto, a hipótese desta estrutura corresponder ao que resta de uma sepultura de incineração, ainda que de tipologia indefinida. É possível que esta sepultura tenha sido estruturada numa cova, cujas paredes e fundo seriam revestidos a argamassa e coberta com um montículo de calcários. A presença de fragmentos de tijolos pode, no entanto, levantar a hipótese de se tratar de uma sepultura estruturada em alvenaria de tijolo e que terá sido, entretanto, destruída.

A área com carvões associada a esta estrutura, à semelhança do que se passa junto à E7, sobretudo porque embalava pregos em liga de ferro, poderá indicar a existência de caixas de madeira para depositar as incinerações (Caetano, 2002: 313-334). Ainda que a quantidade de carvões encontrada seja diminuta, a área que a camada 21 ocupa permitiria, em conjunto com os pregos e os tijolos desfeitos, equacionar uma cremação *in situ* (Fig. 48), cujos vestígios não permaneceram até ao presente.

Parece-nos difícil ultrapassar esta fase das hipóteses face aos dados disponibilizados a partir da intervenção arqueológica.

Podemos, então, distinguir três tipos diferentes de enterramentos:

- o tipo mais simples, que consiste na deposição de espólio e alguns restos ósseos numa cova, não estruturada, sobre as cinzas, com eventual presença de urna funerária (cinzeiros associados à sepultura identificada como E14);
- um tipo intermédio, que consistiria na deposição de espólio e alguns restos ósseos numa cova estruturada e coberta por um montículo de calcários (eventualmente o caso da E13);
- o tipo mais elaborado, que consiste numa caixa rectangular, em alvenaria de tijolo (eventual E7 e E14).

Enquanto a E7 não forneceu qualquer tipo de espólio, na E13 apenas se recolheram fragmentos de recipientes em vidro; foi na E14 e cinzeiros que se recolheu abundante espólio funerário e de alguma qualidade.

No que respeita ao espólio ósseo, este foi recolhido no interior da E14, nos dois cinzeiros e na camada 25, associada à E13.

Não se reconheceram, em toda a área escavada, vestígios de *ustrinum*. Esta constatação poderia contribuir para a hipótese de cremação no próprio local de enterramento não fosse a ausência de dentes e a reduzida quantidade de fragmentos ósseos encontrados, nomeadamente associados à E13, bem como o pequeno volume de cinzas encontrado (a exceção são os dois cinzeiros identificados).

Levando em linha de conta a proximidade das estruturas descobertas no âmbito da mesma obra, localizadas na Quinta do Belo, a cerca de 700 m, e eventualmente relacionadas com uma *villa*, é bastante tentador relacionar esta necrópole com aquela unidade de exploração rural.

É conhecido que as *villae* incluíam na sua estrutura uma necrópole a qual deveria localizar-se ligeiramente afastada do núcleo residencial, junto de um caminho ou pequena elevação. A qualidade dos materiais recolhidos corrobora, igualmente, esta hipótese.

Em termos cronológicos, os materiais arqueológicos remetem, no geral, para a 2ª metade do século I – 1ª metade do século II d.C., o que se enquadra na caracterização cronológica dos vestígios da eventual *villa* na Quinta do Belo, que apontavam para os séculos I – II d.C..

Resta esclarecer a presença de alguns fragmentos de lucerna, com decoração perolada, recolhidos num dos dois cinzeiros associados à E14, que remetem para o século III d.C..

Outros factores apontam, igualmente, para uma cronologia enquadrável nos séculos I – II d.C..

A presença de lucernas e numismas evidenciam uma prática funerária do Alto Império, relacionada com a incineração⁷. Também parece ter sido prática comum o uso de urnas funerárias apenas até finais do século I d.C., deixando praticamente de ser

⁷ Em contextos funerários, as lucernas assumiam um papel relevante como oferenda fúnebre; para além de integrarem um conjunto de elementos que o defunto necessitaria de levar consigo para o Além, a chama, símbolo da alma, serviria para afastar os demónios e os maus espíritos.

utilizadas no século II d.C. (Frade, 1993: 331-340). Este dado poderá afinar, inclusivamente, a cronologia desta necrópole para o início do século II d.C. .

É também a partir do século II d.C., com a crescente influência cristã, que o rito funerário da incineração começou a ser substituído pelo de inumação (ainda que os dois ritos funerários ocorram em simultâneo, em algumas necrópoles de Portugal, datáveis de finais do século III – inícios do século IV d.C. (Frade, 1993: 331-340).

A par da necrópole, pôs-se a descoberto um sistema de estruturas, eventualmente, hidráulicas, nomeadamente de condução, do qual se preservou, apenas, um tanque e parte da caleira para condução de água (Fig. 36).

A caleira (E5), em alvenaria de pedra, encontra-se preservada apenas parcialmente, com uma orientação Poente/Nascente, a qual aproveitaria o próprio declive do terreno, e desembocava num tanque (E6), igualmente em alvenaria de pedra e revestido a *opus signinum*.

Apesar de preservada em apenas 4.70 m, o desnível da caleira parece apontar para que a sua fonte de alimentação fosse uma mina de água que existe naquela encosta, alguns metros mais acima. Esta mina, da qual desconhecemos o seu percurso interior apresenta, nos primeiros metros que são visíveis do exterior, uma técnica de construção em galeria, com cobertura em duas águas, frequente em outras estruturas do género no concelho.

É o caso de outra mina, existente na Quinta do Belo, onde se puseram a descoberto, no âmbito da mesma obra, estruturas relacionadas com uma eventual *villa* romana (Fig. 48).

Na ausência de uma investigação aprofundada destas duas minas, não é possível estabelecer uma relação segura entre estas e as estruturas romanas entretanto postas a descoberto. No entanto, a proximidade e as características inerentes às próprias estruturas romanas encontradas, a eventual *villa* que necessitaria de abastecimento de água potável e a caleira e tanque para condução/reservatório de águas, levam-nos a considerar esta hipótese como relevante.

Na lateral do tanque virada a Norte, parece ter existido uma saída de água a qual seria conduzida por um outro troço de caleira (E9), do qual apenas restavam vestígios (Fig. 39). Desconhece-se o percurso deste troço bem como os de outras estruturas associadas.

Uma das causas para a destruição parcial deste conjunto hidráulico poderá relacionar-se, efectivamente, com a construção da necrópole. Um dos aspectos que

concorre para suportar esta afirmação prende-se com a interrupção que se observa na caleira, entre o tanque (E6) e o troço identificado como E9; de facto, esta interrupção corresponde à área ocupada pela camada 21, caracterizada pela presença de carvões e tijolo desfeito (Fig. 52), que poderá permitir equacionar uma situação de cremação *in situ*. Porque a mancha de carvões não embalava calcários nem fragmentos de *opus signinum* que testemunhem uma destruição violenta, é muito possível que tenha tido lugar uma desmontagem daquele troço de caleira para construção da sepultura e eventual cremação.

A confirmar-se esta hipótese, aquele conjunto de estruturas hidráulicas seria anterior à necrópole e, existiria uma relação das estruturas da Quinta do Belo, com as da eventual *villa*.

Sem material arqueológico directamente associado, será difícil fazer uma leitura mais completa destas estruturas.

Concluídos os trabalhos de escavação arqueológica, manteve-se o acompanhamento dos restantes trabalhos para a construção da via, não se tendo verificado a ocorrência de outras estruturas ou materiais arqueológicos.

A sepultura entretanto posta a descoberto, na desmontagem da E12, depois de escavada e registada em desenho e fotografia, foi totalmente desmontada, encontrando-se os tijolos depositados, à semelhança do restante material arqueológico, nas Reservas do Museu Municipal de Loures.

Esta intervenção arqueológica, à semelhança da ocorrida na Quinta do Belo, incidiu apenas na área afectada pela obra em curso, tendo por base objectivos muito concretos: a minimização de impactos negativos decorrentes da implantação daquela via, caracterização cronológica e funcional dos achados.

5 CONCLUSÕES

Entende-se que o presente AA ⁸ constitui exemplo da necessidade da realização de trabalhos arqueológicos desta natureza, em particular quando os projectos que implicam situações impactantes sobre património, não são objecto de estudos ou levantamentos patrimoniais prévios, integrados em Estudos de Impacte Ambiental ou simplesmente Estudos de incidências Ambientais, e mesmo quando o são, novos elementos arqueológicos ou patrimoniais podem ser identificados.

De facto, esta obra constitui um exemplo de referência de como as obras por mais pequenas que sejam, devem ser devidamente avaliadas através da realização de prospecções prévias e serem posteriormente acompanhadas, atendendo à quantidade de informação recolhida no âmbito deste trabalho.

O aparecimento de uma área, aparentemente, industrial romana na Quinta do Belo, associada à necrópole de incineração da Quinta do Miradouro, poderá corresponder a um indicador da possibilidade de ter existido, em Unhos, uma *villa* atribuível aos séculos I a II d. C.

Também a identificação de um núcleo de povoamento mais antigo na antiga Quinta do Miradouro, actual Bairro das Coroas (Pk 0+900 do projecto) do Calcolítico, ainda que infelizmente não preservado, por acção de actividades agrícolas, ou, muito possivelmente devido à construção romana que estava próxima, contribuiu para ampliar o conhecimento da realidade arqueológica deste concelho.

Não menos importante é de referir o que não me foi possível esclarecer no âmbito deste acompanhamento, uma vez que o conhecimento arqueológico se constrói com todos os dados, os seguros e os que, no actual estado dos nossos conhecimentos não nos foi possível compreender, mas que a meu ver se devem identificar pois poderão vir a contribuir, no futuro, para que outros investigadores compreendam e interpretem outros contextos.

Temos assim a situação ocorrida ao Pk 0+180, local onde não se detectaram outros vestígios estruturais, muito embora o afloramento de calcário pudesse estar intervencionado e constituir *per si* o arranque de uma estrutura ou mesmo um elemento estruturado. Para o determinar seria necessária a limpeza da área de forma manual, o que não veio a realizar-se, tendo-se procedido ao saneamento com Brecha basáltica; aproximadamente ao Pk 0+400, próximo do local de implantação e construção da

⁸ Acompanhamento Arqueológico

Passagem Inferior Pedonal (P.I.) sabemos que terá sido efectuado o levantamento topográfico dos muros existentes, porém esse levantamento foi efectuado sem o conhecimento prévio da arqueóloga, e por conseguinte sem acompanhamento arqueológico, o mesmo sucedendo com a demolição dos mesmos.

Dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos, destacam-se dois aspectos relevantes: o carácter parcial dos resultados obtidos nas duas intervenções arqueológicas e a importância determinante do acompanhamento arqueológico de obras.

As duas intervenções arqueológicas que tiveram lugar, na Quinta do Belo e Quinta do Miradouro, incidiram apenas na área afectada pela obra, tendo por base objectivos muito concretos: a minimização de impactes negativos sobre património arqueológico, decorrentes da implantação daquela via e caracterização cronológica e funcional dos achados.

No caso da Quinta do Belo, ainda que se tenham detectado estruturas que se prolongavam pelo corte de escavação e materiais à superfície, na área envolvente à intervenção arqueológica, não se escavou para além da área de implantação da via.

Tendo presente que os resultados obtidos se revestiriam, sempre, de um carácter parcial, realça-se o interesse no prosseguimento de uma investigação mais aprofundada destes dois locais cuja solução poderá passar por uma de duas opções: um projecto de investigação com carácter puramente científico ou, intervenção arqueológica realizada no âmbito de trabalhos de minimização de impactes decorrente de novas obras a realizar naqueles locais.

Por outro lado, o acompanhamento arqueológico de obras revelou, neste caso, o seu papel determinante na arqueologia enquanto instrumento de promoção e gestão do património arqueológico nacional.

Se, por um lado, permite a identificação de ocupações antigas do território desconhecidas até então, criando condições para a sua caracterização funcional e cronológica bem como o enriquecimento do património cultural nacional, por outro, cria um conjunto de condicionantes para futuras intervenções no território, contribuindo, dessa forma, para o aperfeiçoamento do planeamento e gestão territorial português.

6 BIBLIOGRAFIA

ADAM, Jean – Pierre (1993): Roman Building. Materials & Techniques. London, B.T. Batsford Ltd.

ALARCÃO, A., ALARCÃO, J., (1966): O espólio da necrópole luso-romana da Valdoca (Aljustrel), *Conimbriga*, Coimbra, 5, pp. 7-104.

ALBERGARIA, João (2001): Contributo para um modelo de estudo de impacte Patrimonial: O exemplo da A2 (Lanço de Almodôvar / VLA). *Revista ERA – Arqueologia*, Lisboa, nº 4, p.85 – 101.

ALMEIDA, Arlindo (1986): Catujal e Unhos... Uma só freguesia. Unhos, Ed. Junta de Freguesia de Unhos. Gráfica Catujalense, lda., pp.11- 18

ALMEIDA, Maria José (2008): Avaliação de Impactes e Património Cultural. Que papel para o arqueólogo e para o património Arqueológico? *Praxis*, Porto, 3, pp 161-166.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS (2008): Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico. – Documento de Trabalho (versão 1 – 26/05/2008). Porto, APA – Associação Profissional de Arqueólogos. [em linha] [consult. Jan. 2009] Disponível em: <http://www.aparqueologos.org/documentos/MetodAIA.pdf>

BARBOSA, Pedro (1999): Frietas Medieval. O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Loures, Exposição de Arqueologia. C.M.Loures.

BELCHIOR, Claudette, (1969): Lucernas Romanas de Conimbriga, Ministério da Educação Nacional, D.G. Ensino Superior e das Belas-Artes, Museu Monográfico de Conimbriga.

BELTRAN, Miguel (1990): Guia de la Cerámica Romana. Zaragoza. Libros Pórtico.

BUGALHÃO, J.(1998): O Povoamento Rural Romano no Alentejo: Contribuição da Arqueologia Preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol.1, nº2, pp.123-135.

CAETANO, J.C., (2002): Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitânia Romana in VAQUERIZO, D. (ed.), *Espacios y Usos funerários en el Occidente Peninsular*, Actas del Congreso Internacional, Córdoba (5-9 Junio 2001), vol. I, pp. 313 – 334.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES (1986): Loures, Tradição e Mudança: I Centenário da Formação do Concelho 1886-1986. Serviços Culturais do Município de Loures, Loures, p. 117-118

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES (1998): Carta Cultural. Relatório de Oferta Cultural da Freguesia de Unhos, Departamento Sócio Cultural – GEPC.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES (2000): Carta Arqueológica do Município de Loures, Loures, C.M.L. Loures.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES (2002): Redescobrir a Várzea de Loures. Ambiente, Geologia e Pré – História Antiga na Várzea. Loures, C. M. Loures. Quinta do Conventinho.

CARDOSO, J. L.(1994): Investigação Arqueológica na Área de Lisboa, nos últimos 10 anos. 1984-1993, *Al-madan*, Almada, II série, nº 3, pp.59-73.

CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R.(1993): Le Bronze Final et le début de l'âge du Fer dans la region riveriaine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*, Lisboa, Instituto Mediterrânico, F.C.S.H. – U. N. Lisboa, 2, pp.193-206.

CARVALHO, António F. *et al* (1999): O sítio da Idade do Bronze «Pleno do Casal da Torre» (Assentis, Torres Novas)”. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, Lisboa, nº 5, pp. 63-81.

CASTRO, João Baptista (1763): *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa. Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Tomo III, Parte V, pp 491-492

CELIS BETRIU, Raul, (2005): *Las Lucernas Romanas. Conceptos y Principios Tipológicos (Una aproximación a su definición)*, trabalho de D.E.A. apresentado no âmbito de um programa de doutorado “Ciències de l’Antiguitat”, Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia, Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona.

DIAS, Luísa Ferrer, (1987): *Necrópole da Herdade do Carvalhal*, *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, pp. 62-63.

FABIÃO, C., *et al*, (1998): *Necrópole romana do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar)*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 1, nº 1, pp 199-220.

FERNANDES, Luís, (1998): *Inscrições romanas do Termo de Loures. Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*. Loures. Catálogo da exposição de arqueologia, Câmara Municipal de Loures, Departamento Sociocultural, Divisão do Património Cultural, pp. 75-92.

FERNANDES, Carla; FONSECA, Cristovão (2008): *Relatório Arqueológico. IP1- Ponte Internacional do Rio Guadiana e Viaduto de Acesso. Reabilitação de Obra de Arte*. Archeoesfera, Estudos e Consultoria em arqueologia, Lda., p.5-14

FERREIRA, M.M.; SOARES, A.S.(1994): *A Toponímia do Concelho de Almodôvar, Vipasca*, *Aljustrel, C. M. Aljustrel*, 3, p. 99-119.

FERREIRA, O. da V., ANDRADE, R.F. de, (1966): *A necrópole de Valdoca (Aljustrel)* *Conimbriga*, Coimbra, 5, pp. 1-6.

FRADE, H., CAETANO, J. C., (1993): *Rios funerários romanos*, in MEDINA, J. (dir.), *História de Portugal*, pp. 331-340.

GARCIA, C. Garcia e MARTINEZ, J.I. Manteca (2002): Metodologia para la realizacion de inventário de pozos mineros. Aplicacion a la Sierra de Cartagena – La Union. *Actas do Congresso Internacional Sobre Património Geológico e Mineiro*. Lisboa, M.I.G.M., F.C.T., SEDPGYM. pp.435 – 450.

HARRIS, Edward (1989): *Princípios de la Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona, Crítica Arqueologia.

IPPAR (1996): *Critérios. Classificação de Bens Imóveis*. Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

ISINGS, C., (1957): *Roman glass from dated finds*, J.B. Wolters, Groningen.

LEO, A. Di, TALLINI, M., (2007): Irrigation, groundwater exploitation and cult of water in the rural settlements of sabina, Central Italy, in Roman times. *Water Sciences & Technology: Water Supply*, vol. 7, nº 1, IWA Publishing, pp. 191-199.

LAGO, Miguel *et al* (1998): Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol.1, nº1, pp.45-152.

LOPES, M. C. *et al*, (2002): *Intervenção Arqueológica de emergência no Convento de S. Francisco – Beja*. 3º Encontro de Arqueologia Urbana. Actas, 20 a 23 de Fevereiro de 1997, C. M. Almada, Departamento de Acção Sociocultural/Divisão de Museus, pp. 137-144.

MACIEL, Justino, M. (2006): *VITRÚVIO. Tratado de Arquitectura*. Lisboa. IST – Departamento de Engenharia Civil.

MANTAS, Vasco Gil (1999): *As Vias Romanas do Concelho de Loures*. De Vida e da Morte. Os Romanos em Loures. Loures, C.M.Loures, pp17-28.

MASCARENHAS, José Manuel, SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares (1986): *O Património Histórico – Cultural e os Estudos de Impacte Ambiental: Proposta de*

Metodologia para a Avaliação do Impacte de Barragens. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, Évora, 1, pp.7-16.

MEDINA, J, (dir.), (1993): Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias. *História de Portugal*. Lisboa, Vol. II. O Mundo Luso-Romano, Ediclube, pp. 256, 346-350.

MONTEIRO, Margarida (2004): Estudo de Impacte Ambiental do IP8 – Beja / Vila Verde de Ficalho Sublanço Baleizão – Vila Verde de Ficalho. Relatório Síntese. Lisboa. AMB & VERITAS, Ambiente Qualidade e Formação Lda. Vol. II, Tomo 2.2, pp 344-361, 447-452.

NOLEN, Jeannette U. Smit, (1985): Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.

OLIVEIRA, Ana Cristina *et al* (1999): Património Edificado do Concelho de Loures; O Medieval e o Moderno. Viagens pelo Património, C.M. Loures, p 51

OLIVEIRA, Ana Cristina *et al* (2000): Património Arqueológico de Loures – Uma Gestão Integrada. Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana, Amadora, C. Municipal Amadora.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2007): Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Orientação metodológica. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário e PINHO, Paulo (2000): Avaliação de Impacte Ambiental. Guia de apoio ao novo regime introduzido pelo Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental.

PEREIRA, João Paulo e MARTINS, Ivone Pereira (1995): Estudos de Impacte Ambiental. A Vertente Arqueológica. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 4, p. 87-93.

PEREIRA, Isabel; BOST, Jean-Pierre; HIERNARD, Jean (1974): Les Monnais, Vol. III, in Fouilles de Conimbriga de ALARCÃO, J. e ETIENE, R. Mission Archeologique Française au Portugal, Musée Monographique de Conimbriga. p.46

PROENÇA, P. Álvaro (1940a): Subsídios para a História do Concelho de Loures, Lisboa, I Volume, p.109.

PROENÇA, P. Álvaro (1940b): Subsídios para a História do Concelho de Loures, Lisboa, policopiado, II Volume, C. Documental Quinta do Conventinho.

QUARESMA, J.C. (2003): Terra Sigillata Sudgálica, um Centro de Consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbrica)?, Trabalhos de Arqueologia, Lisboa, IPA Ministério da Cultura, nº30.

RAPOSO, Jorge (1995): Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural. *Almadan*: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 4, p. 60-86.

RAMOS, Carlos R. (1998): A arqueologia no processo de avaliação de impacte ambiental de projectos rodoviários. *Vipasca*: Câmara Municipal de Aljustrel. 7, p0p. 67-113.

RUA, Helena (1998): Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius. Lisboa, Instituto Superior Técnico. Departamento de Engenharia Civil.

SANTOS, Suzana Pombo (2007): Via T5 (E.M.506) Unhos / Sacavém. Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Trabalhos. Policopiado.

SARRAZOLA, Alexandre (2000): Arqueologia e Acompanhamento de Obras. *Revista Era Arqueologia*. Lisboa. 2, pp 52-68.

SEPÚLVEDA, Eurico, SOUSA, V. R. Cordeiro (2000): Lucernas Romanas. Catálogo, Torres Vedras, C.M. Torres Vedras, M.M. Leonel Trindade.

SEQUEIRA, Gustavo Matos (1935): *A Abelheira e o Fabrico de papel em Portugal*. (História de uma propriedade e de uma fábrica). Lisboa, Tipografia Portugal.

SILVA, Ana Raquel; SANTOS, Suzana Pombo (2007): Via T5 (E.M.506) – Unhos/Sacavém (Quinta do Miradouro / B° das Coroas). Relatório da intervenção arqueológica realizada no âmbito de trabalhos de minimização de impactes (na área projectada da rotunda 2, pk 0+900). Câmara Municipal de Loures. Policopiado.

SILVA, António Carlos (1995): *Arqueologia Preventiva e de Salvamento, a ponta do Icebergue*. *Al-madan*, Almada, II série, nº4, pp 97 - 100.

SILVA, António Carlos (2003a): *Arqueologia de Salvamento*. “Amostragem mínima obrigatória” ou “direito à livre escolha”. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 12, pp. 65-69.

SILVA, António Carlos (2003b): *Integrar a arqueologia no planeamento e gestão do território municipal*. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 12, pp. 115-122.

SILVA, António Manuel S.P. (2005): *Acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol.8, nº1, pp 459-469.

SILVA, C.T.; SOARES, J.(1981): *Pré – História da Área de Sines*, Lisboa, Gabinete da Área de Sines, pp.168-180.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (1998): *From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south – west of Iberian Peninsula*. *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, IPA, Ministério da Cultura, nº10, pp. 231-245

SOARES, M.; SANTOS, H.P. (1991): *O trabalho e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa: Exposição de Etnografia*. Lisboa. Governo Civil de Lisboa. Gráfica Europam, Lda. pp 242-244, 277-291.

TEICHNER, Félix *et al.*, (2007): Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga e as necrópoles Romanas de Ossonoba (Faro), *Xelb, Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga, Silves, Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, nº 7, pp. 159 – 177.

VEIGA, António (2006): Loures – No Tempo e na História..., Loures, Héstia Ed., pp. 152-153.

VIEGAS, C.(2003): A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, Economia e Comércio. *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, IPA Ministério da Cultura, nº 26.

VIEGAS, J.C.; GONZALEZ, A.G.B.(1994): Aqueduto Romano da Amadora, *Almadan*, Almada, II série, nº3, pp.29-37.

VIEGAS, João Rosa, (1981): A necrópole de Santo André. Parte I. A escavação e a tipologia dos enterramentos , *Conimbriga*, Coimbra, 20, pp. 5-31.

ZBYSZEWSKI, G. (1964): Carta Geológica dos Arredores de Lisboa. Notícia Explicativa da Folha 2. Loures p.73.

LEGISLAÇÃO:

LEI 11/87, D.R. I- Série, 81, (1987-04-07), 1386-1397.

LEI 107/2001, D.R. I- Série – A, 209, (2001-09-08), 5808-5829.

DECRETO – LEI 69/2000, D.R. I- Série – A, 102, (2000-05-03), 1784-1801.

DECRETO – LEI 197/2005, D.R. I- Série – A, 214, (2005-11-08), 6411-6438.

DECRETO – LEI 270/99, D.R. I- Série – A, 163, (1999-07-15), 4412-4416.

DECRETO – LEI 287/2000, D.R. I- Série – A, 260, (2000-11-10), 6319.

Portaria 330/2001, D.R. I- Série – B, 78, (2001-04-02), 1915-1922.

PESQUISA DOCUMENTAL:

UNHOS, (1758): Memória Paroquial [em linha] [consult. Em Março de 2007]

disponível em :

<http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=3&dsqSearch=%28%28%28%28text%29=%27unhos.%27%29AND%28%28text%29=%27lisboa%27%29%29AND%28Date=%271758%27%29%29>

APELAÇÃO (1758): Memória Paroquial [em linha] [consult. Em Março de 2007]

disponível em :

<http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=11&dsqSearch=%28%28%28%28text%29=%27apela%E7%E3o.%27%29AND%28%28text%29=%27lisboa%27%29%29AND%28Date=%271758%27%29%29>

FRIELAS, (1758): Memória Paroquial [em linha] [consult. Em Março de 2007]

disponível em:

<http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=5&dsqSearch=%28%28%28text%29=%27frielas%27%29AND%28Date=%271758%27%29%29>

Também, a não execução do projecto da Via T5 (EM 506) Unhos – Sacavém, não permitiria a identificação e caracterização arqueológica deste território, não contribuindo para um melhor conhecimento histórico da área em estudo.

2.6 Avaliação de Impactes

2.6.1 Considerações Gerais

A avaliação de impactes sobre o Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico, obedece a critérios específicos e é efectuada através do cruzamento da informação obtida na fase de Caracterização de Situação de Referência, relativa à localização e ao valor patrimonial das ocorrências patrimoniais identificadas na área de incidência do projecto, com a informação disponível sobre as acções previstas no âmbito da implantação do projecto.

No presente caso, esta caracterização não foi efectuada previamente, ou seja, não foram realizados estudos de natureza ambiental, nem patrimonial, pelo que não houve uma avaliação prévia dos sítios nem medidas de minimização a aplicar a cada sítio. A avaliação foi efectuada apenas no início da obra pelo que alguns sítios acabaram por ser parcialmente afectados, como foi o caso da Quinta do Belo.